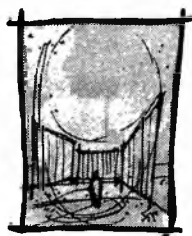


APROPRIAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO PÚBLICO UM ESTUDO COMPARATIVO

DÉCIO RIGATTI



RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é examinar as formas de apropriação social do espaço urbano de uso público, analisando comparativamente áreas de diferentes morfologias. Uma delas faz parte de uma área residencial de classe média em tecido urbano tradicional, na cidade de São Paulo - setor do Jardim Bonfiglioli. A outra, é um setor do conjunto residencial Cohab de Carapicuíba, na Grande São Paulo.

A análise utiliza-se, mesmo que de forma indireta, dos conceitos e instrumentos de "sintaxe espacial", inicialmente desenvolvidos por Bill Hillier e Julienne Hanson na Bartlett School of Architecture and Planning, University College de Londres.

Da análise pode-se observar que em ambas as áreas existem processos de apropriação social do espaço urbano que se dão no sentido de organizar as sociedades de acordo com às necessidades de cada um dos segmentos sociais. A estruturação do espaço vai depender do papel desempenhado pela esfera pública na vida de relação dessas comunidades. O trabalho mostra que, no caso do conjunto Cohab, o novo espaço urbano construído pelos moradores tende a estruturar um reforço das relações coletivas enquanto que no bairro de classe média as alterações sugerem um reforço na vida privada.

ABSTRACT

The main goal of this paper is to analyse the social use of the urban space by comparing two different urban areas. On the one hand, a middle class residential area was chosen in a traditional urban fabric in São Paulo - part of Jardim Bonfiglioli. On the other hand, an ordinary housing estate occupied by working class was also examined - part of Carapicuíba Housing Estate.

The comparison between these two areas was made by utilizing key concepts and methods from "space syntax", originally developed in the Unit for Architectural Studies

Bartlett School of Architecture and Planning, University College, London, by Bill Hillier and Julienne Hanson.

The analysis allows us to observe that in both cases people interact with urban space changing it in order to structure the social life required by the dwellers. This new structure is attained in many different ways, depending on the role public space takes in the communities' social life. It is showed that the new urban space imposed by the dwellers tends to reinforce social relation in the housing estate. In contrast, physical changes introduced in jardim Bonfiglioli show the enhancement of private life.

INTRODUÇÃO

A finalidade principal deste trabalho é o exame das formas de apropriação espacial que ocorrem em tecidos urbanos, cujas características morfológicas e da população residente são diferenciadas.

Esta discussão teve origem no desenvolvimento de exercícios propostos pela disciplina de paisagismo, ministrada pelo Prof. Dr. Silvio Soares Macedo, na pós-graduação da FAUUSP, no segundo semestre letivo de 1993. Além disso, o tema em questão é foco do projeto de pesquisa para o desenvolvimento da tese de doutoramento para o referido curso.

Para cumprir os objetivos propostos, tomamos duas situações exemplares do que pretendemos analisar. De um lado, tomamos o conjunto residencial verticalizado padrão Cohab, cujos empreendimentos visam o atendimento da demanda por moradia da população com renda ao redor de três salários mínimos. De outro lado, adotamos um trecho de cidade tradicional, ocupado por população de renda média.

Morfologicamente o conjunto Cohab é produto de um projeto global, onde as edificações, via de regra, são dispostas isoladamente num terreno previamente limpo, condicionando a formação dos espaços livres, qualquer que seja sua natureza e destinação, podendo-se detectar uma certa autonomia dos elementos de composição urbana.

Por tecido tradicional, consideramos as configurações que têm por base um processo de crescimento¹ que não necessariamente se originam de um projeto unitário. A morfologia urbana é gerada pela utilização dos elementos de composição urbana que, diferentemente do caso anterior, possuem forte interdependência, originando espaços que guardam forte relação com a cidade histórica, no sentido de que são espaços claramente baseados na formação de percursos, quarteirões, praças, largos, etc., definidos pelo sistema edificado.

Em relação ao conjunto Cohab, chama atenção a maneira quase generalizada com que

esses conjuntos sofreram alterações nas suas morfologias físicas. Trata-se de um fenômeno interessante, na medida que indica que algo não vai bem com os projetos desses espaços, uma vez que vem requerendo intervenções em larga escala para serem utilizados. Ou seria o caso de deturpações pura e simples de projetos não compreendidos pelos usuários?

Em especial, chama a atenção as modalidades de transformações físicas que reestruturaram as relações público/privado e, portanto, as formas de relações entre as pessoas, sejam elas moradoras ou não.

Quanto aos tecidos tradicionais, a primeira imagem que nos ocorria era a de situações de relativa estabilidade nos processos de uso e apropriação do espaço urbano. No entanto, essa primeira impressão, à medida que fazíamos exames mais detidos, não se confirmava, podendo-se identificar uma intervenção da população que também modifica as relações público/privado, como veremos no decorrer do trabalho.

Como referencial de análise tomamos um setor do conjunto residencial Cohab, de Carapicuíba e um trecho do bairro Jardim Bonfiglioli, na cidade de São Paulo.

O conjunto residencial de Carapicuíba situa-se no município de mesmo nome, na Região Metropolitana de São Paulo que a exemplo de diversas situações semelhantes existentes por todo o país, sediou grandes empreendimentos residenciais populares, no atendimento da demanda por habitação originada não apenas no próprio município que sedia o empreendimento mas, e principalmente, da cidade pólo, como é o caso de Carapicuíba em relação a São Paulo.

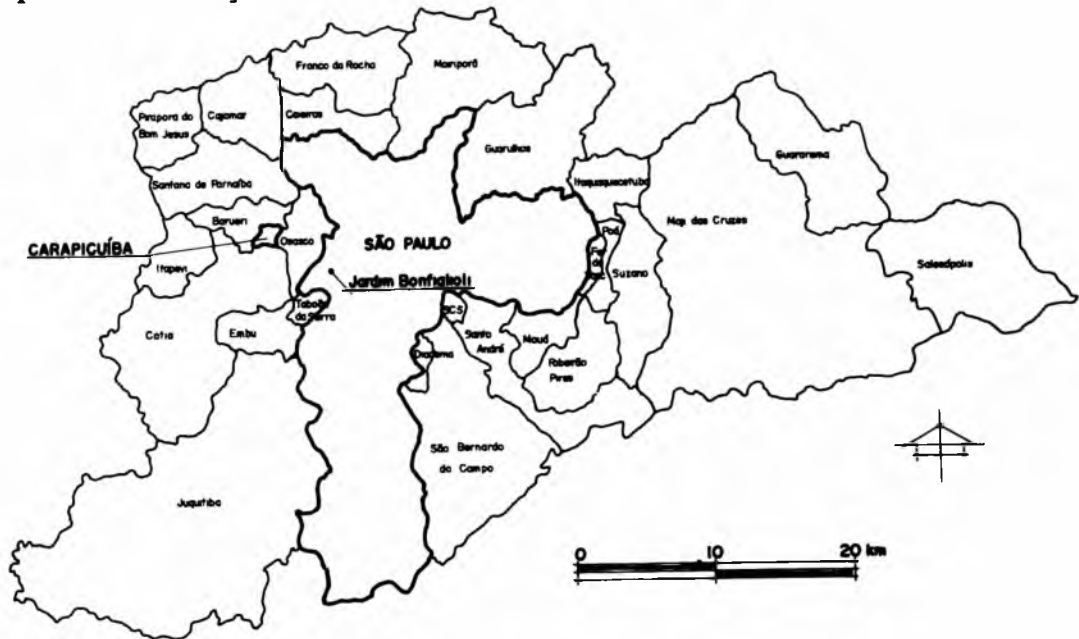


Fig.1. - Região Metropolitana de São Paulo - Localização de Carapicuíba e do Jardim Bonfiglioli
Fonte: Baseado no Governo do Estado de São Paulo - Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo - 1970.

Já o trecho do jardim Bonfiglioli foi escolhido pelo bom exemplo que representa em relação às características de tecido tradicional, enquadrando-se no que pretendemos avaliar, aliado ao fato de que é uma área onde foi possível fazer uma observação mais contínua, por um bom período de tempo. O trecho mais analisado é compreendido pela rua Moacir Miguel da Silva, da Rodovia Raposo Tavares até a praça Isai Leiner; a referida praça, mais a av. Heitor Eiras Garcia, até a av. Corifeu de Azevedo Marques, próximo à Cidade Universitária da USP.

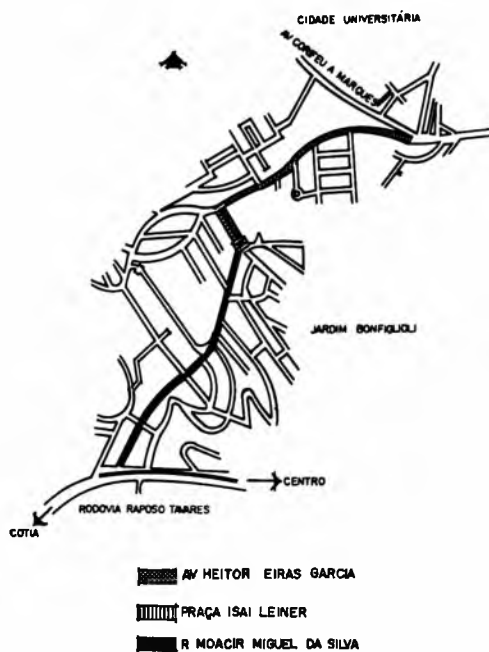


Fig.2 - Jardim Bonfiglioli - trecho de estudo

Fonte: Baseado no Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo - 1973.

A avaliação da morfologia urbana pode ser descrita a partir de diversas formas. Uma delas diz respeito aos estudos tipológicos, com importantes representantes italianos como Gianfranco Caniggia, Gian Luigi Maffei, Aldo Rossi, Carlo Aymonino, Saverio Muratori, entre outros, franceses como Jean Castex e Philippe Panerai, e alemães como Rob Krier. No presente trabalho optamos por uma avaliação morfológica que se utiliza, mesmo que de forma aproximativa dos conceitos e procedimentos da sintaxe urbana. A sintaxe urbana tem-se mostrado como importante instrumento tanto de análise como de intervenção urbanísticas pelas possibilidades de estabelecer relações entre as instâncias sociais e espaciais. Estes procedimentos foram formulados originalmente por Bill Hillier e Julienne Hanson, da Bartlet School of Architecture and Planning, University College, Londres, na sua obra *The social logic of space*, de 1984, e desenvolvida por diversos outros autores, tanto na Inglaterra como em outros países. Hillier e Hanson “propõem que determinadas condições de contato social no espaço público e a apropriação social do espaço urbano são, em grande parte, condicionadas por peculiares arranjos morfológicos, ou seja, a maneira como se dispõem e se relacionam entre si os diversos elementos arquitetônicos, que abrigam as atividades humanas, e o espaço público, espaço de relação. Esses arranjos morfológicos, dependendo de suas regras compositivas propõem, eles mesmos, um certo ‘potencial’ de contato social” (Rigatti, 1991, p. 13). Em outras palavras, trata-se de verificar as regras sociais impressas no espaço e as regras espaciais impressas na sociedade. Neste sentido, Hiller (1989) identifica três tipos de leis necessárias para analisar o objeto

urbano. A primeira lei diz respeito a como os edifícios são agregados para formar espaços urbanos; a segunda trata de como a sociedade dá forma espacial às práticas sociais e, finalmente, a terceira diz respeito a como a forma urbana atua sobre a sociedade. Para Hillier, essas três leis dão as bases para a forma urbana.

Para a finalidade deste trabalho, não nos aprofundaremos nas técnicas desenvolvidas em sintaxe espacial, limitando-nos a buscar alguns significados em termos da relação entre morfologia física e apropriação do espaço urbano. Para maiores aprofundamentos, recomendamos a leitura da bibliografia específica indicada no final deste trabalho, especialmente: Hillier & Hanson (1984); Hillier (1989); Holanda (1984); Peponis (1989), entre outros.

Para deixar um pouco mais claro o tipo de preocupações concernentes à teoria da sintaxe urbana, introduziremos alguns conceitos básicos. Conforme propõem Hillier & Hanson (1984, p. 95):

a) todo assentamento, ou parte de um assentamento é formado por um sistema contínuo de espaços abertos, cuja forma resulta do arranjo/agrupamento de células primárias (edifícios) e limites secundários (quintais, jardins, etc.) que intervêm e se superpõem entre edifícios e o espaço não limitado do assentamento;

b) todo assentamento, visto como seqüência de espaços abertos, células primárias e limites secundários, suporta a interface de dois tipos de pessoas que se utilizam do mesmo: os estranhos (ou visitantes) e os habitantes - relação entre habitantes do sistema e relação entre habitantes e estranhos.

O objetivo da análise sintática é, pois, o de descrever o assentamento com base no padrão “medido” destas relações através das suas propriedades sintáticas - propriedades que são de natureza topológica e não geométrica. Em outras palavras, *“o objetivo é descrever como o sistema como um todo se relaciona a cada uma das partes constituintes e como a multiplicidade destas relações produz uma estrutura subjacente”* (Peponis, 1992.)

DISCUTINDO O PÚBLICO E O PRIVADO

A questão do público e do privado tem sido debatida recentemente por profissionais de muitas áreas de conhecimento e de diversas tendências. Alguns, já clássicos, são bastante utilizados, muito pelas suas qualidades como sistematização desse aspecto que, para a vida social recente, tem merecido especial atenção.

Interessam especialmente as abordagens que procuram explicar essa relação para o homem moderno, ou seja, o homem que surge com o desenvolvimento da ciência e da razão que vem desde a ilustração e se sedimenta no Iluminismo.

O debate acerca do público e do privado na sociedade moderna é extremamente importante quando se pretende examinar de que forma essas práticas sociais estão relacionadas com as práticas espaciais. Na verdade, as diversas abordagens multidisciplinares sobre o assunto permitem examinar a organização do espaço urbano sobre um prisma diferente, ou seja, permitem identificar uma “relação” entre espaço e sociedade, retirando de autores uma autonomia absoluta, fracionadora da realidade.

A bibliografia disponível é bastante variada e, para o nosso tema, reteremos apenas alguns aspectos que são fundamentais, muito embora não sejam consensuais entre os diversos autores estudados.

Da filosofia, são importantes as contribuições de Marilena Chauí e de Rouanet (1987). Chauí tem-se dedicado a discutir as questões de poder e da autoridade demonstradas nas formas como se estruturam as relações entre o público e o privado no universo da sociedade brasileira. A obra de Rouanet tem como foco de preocupação a atual crise cultural, que se manifesta em três “rebeliões”: uma rebelião contra a razão; uma rebelião contra a modernidade; e uma rebelião contra a ilustração. É da análise que faz sobre as “rebeliões” que destacamos algumas passagens, principalmente no sentido de compreender o homem moderno. Quando discute sobre a teoria da modernidade, Rouanet diz que “... *há uma ruptura com a tradição e um progresso em direção à autonomia e à individualização. Os processos de reprodução dependem cada vez mais dos próprios homens e cada vez menos das autoridades tradicionais. (...) na esfera da personalidade, a formação das identidades visa um ego cada vez mais autônomo. As interações comunicativas que se realizam neste mundo vivido (lugar das interações espontâneas) racionalizado dependem, em suma, dos próprios participantes, e não da tradição e da autoridade*” (1987, p. 163.)

Costumamos dizer que o homem moderno é o homem livre, numa ampla acepção do termo. No entanto, isto implica também num contínuo estar só. A cultura do moderno é a cultura do indivíduo, do ego.

Para compreendermos melhor essas implicações no âmbito do público e do privado, utilizamos a obra de Sennet (1988), onde encontramos uma análise sobre a crise da modernidade como uma crise nos domínios público e privado. Isto significa que as dificuldades da “política” moderna se encontra na invasão de domínios, na falta de uma configuração clara desses domínios e uma falta de identificação precisa do público e do privado, o que determina esta relação de promiscuidade, pela inexistência dos ritos e limites que permitem lidar com essas esferas diferentes da vivência humana. Sennet diz que a história da personalidade “*é a história da erosão de um equilíbrio delicado que mantinha a sociedade no primeiro jato de sua existência secular e capitalista. Era um equilíbrio entre a vida pública e a vida privada*”. (1988, p. 412-13.)

“*Os homens passaram a crer que eram os autores do seu próprio caráter. (...) Gradualmente, essa força perigosa, misteriosa, que era o eu, passou a definir as*

relações sociais. Tornou-se um princípio social. (...) A sociedade em que vivemos hoje está sobrecarregada de consequências desta história: o evanescimento da res publica pela crença de que as significações sociais são geradas pelos sentimentos de seres humanos individuais.” (Sennet, 1988, p. 413.)

A compreensão dos domínios público e privado e dos ritos que definem as vivências em cada um deles é o tema da obra aqui utilizada de Da Matta (1985). Através da noção de rua/público e casa/privado, o autor lida com as diferentes éticas que comandam esses domínios. A falta de clareza das esferas com as quais a sociedade se move no cotidiano das ações afeta a ética do comportamento social. Da Matta identifica o domínio primordial nas sociedades modernas. Diz ele que “*no mundo ocidental e nas sociedades onde o capitalismo e o protestantismo se estabeleceram integral e dominantemente, o movimento mais freqüente é (...) do individual para o coletivo. (...) Assim, para nós, modernos, que vivemos em uma sociedade onde a parte (o indivíduo) é mais importante que o todo (a sociedade), o problema estaria sempre no coletivo e na multidão, esses ‘estados’ que seriam o inverso do indivíduo que o sistema consagra como normal e ideal*” (1985, p. 36-7.)

Antes de irmos adiante, não podemos deixar de fazer referência especial a uma das obras de Harvey (1992) mais recentemente publicada entre nós. Em relação às abordagens dos demais autores examinados aqui, Harvey executa um trabalho mais minucioso e completo, desenvolvendo questões de extrema relevância e atualidade sobre o significado da modernidade e da pós-modernidade, no atual estágio de desenvolvimento do mundo ocidental capitalista. Assim, são abordados na sua obra: as modificações recentes das formas de produção capitalista, que ele denomina de pós-fordismo, e suas implicações com a questão espacial; o sentimento de pós-modernidade; qual o homem que surge neste momento; relações entre as transformações espaciais e as outras instâncias da sociedade. Sob este aspecto, a obra de Harvey é essencial para se compreender as crises e paradoxos atuais, tanto do ponto de vista do espaço como dos comportamentos.

Merece atenção, também, pela amplitude da obra e pela abordagem multidisciplinar dada à questão da vida privada, tratando tanto das práticas sociais como dos espaços físicos, a coleção *História da vida privada*, que avalia esses aspectos desde Roma antiga até os dias de hoje.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos coordenou para o Ibmam, pesquisa que foi publicada em 1981 sob o título *Quando a rua vira casa*. Nesta obra, há uma interpretação profundamente antropológica das formas de apropriação de espaços de uso coletivo num bairro de classe média-baixa do Rio de Janeiro - Catumbi -, comparando-as com a encontrada num núcleo habitacional de classe média na zona sul. Há uma minuciosa descrição de Catumbi, suas pessoas; seus espaços; suas relações; seus conflitos; seus vínculos com o espaço construído; as formas de controle sobre o espaço, tudo isto descrito de uma maneira que faz parecer tudo muito idílico e poético, quando sabemos

que as formas de controle são também formas de tirania. Sobre esta questão bastariam duas referências: as discussões sobre “as tiranias da intimidade” presentes em Sennet (1988) e o que Foucault (1984) comenta sobre “vigiar e punir”. No trabalho de Santos há uma visão extremamente microcós mica daquela realidade, percebida como uma ilha cultural. (1981, p. 21-110.)

Os modos de apropriação do espaço por parte da população são expostos como algo quase mágico, derivados de uma idéia de reunião de cidadãos bons que estruturam uma comunidade.

Na área planejada da zona sul, tomada como comparação, tal não acontece. As dificuldades de formação da idéia de uma comunidade ou outras formas de agregação social, individualismo maior, etc., são descritas de forma menos apaixonada do que para Catumbi.

Há importantes considerações sobre a questão da socialização e da pedagogia envolvidas nas relações públicas o que de fato podemos avaliar como verdadeiro. O que não é possível, no entanto, parecem ser as comparações como formas valorativas. Essas diferenças de apropriação do espaço de uso coletivo, em Catumbi e na zona sul, para utilizarmos os exemplos em questão, são modalidades distintas de práticas sociais que possuem uma relação dialética com o espaço, mas que não podem ser desvinculadas de um recorte de classe e do que isto representa como possibilidades de contatos sociais.

Para elucidar esta questão nos utilizamos da obra de Keller (1979), que discute amplamente o tema da vizinhança urbana, fazendo uma grande retrospectiva das pesquisas sociais em áreas residenciais, particularmente inglesas. No entanto, as avaliações colocadas pela autora parecem válidas para as formas de urbanização recentes no Brasil, especialmente naquelas áreas onde a penetração das relações capitalistas de produção e a intervenção do Estado no urbano foram mais intensas. Desta forma, com as devidas precauções necessárias e que dizem respeito às peculiaridades das formações sociais brasileiras, é possível utilizarmos os comentários de Keller para o Brasil.

Uma primeira observação importante é que, ao contrário do que muitas vezes se supõe, “*as relações de vizinhança não são nem naturais nem inevitáveis*” (Keller, 1979, p. 22), salientando a necessidade pré-existente de que seja definido o que é um vizinho e o quê se espera dele.

Uma das questões mais interessantes trata das diferenças necessárias de se estabelecer entre amigo, vizinho e parente. Para a autora, “... *o papel do vizinho pode estar claramente definido, mas implicar mínimos contatos interpessoais, ou estar definido vagamente e sem dúvida implicar em intercâmbios pessoais estreitos e contínuos*”. (Keller, 1979, p. 23.)

Desta forma, uma vez que numa determinada vizinhança esteja definido o papel do vizinho, seja pela prática cotidiana, seja por outras modalidades de acordo mais ou menos formalizado entre as pessoas *“o tipo de relações de vizinhança que encontramos numa área, refletirá normalmente os conceitos que ali prevalecem sobre o que se espera que seja ou faça um bom vizinho. Um bom vizinho não é necessariamente uma pessoa amistosa ou agradável, mas aquela que se conforma com as expectativas do papel do vizinho que reconhece o senso comum. (...) O vizinho é um estranho que está próximo, que defende interesses que em parte são só seus e em parte são divididos com seus vizinhos”* (Keller, 1979, p. 25-26.)

Importante para a compreensão que pretendemos estruturar para os espaços urbanos é de que forma essas relações de vizinhança atuam no sentido de tratar o espaço físico como uma instância das práticas de vizinhança. Além disso, podemos questionar, articulado com os modos de controle do espaço e das formalizações em nível prático e simbólico dos domínios público e privado examinado nos autores vistos anteriormente, como as vivências se articulam entre um domínio e outro e como a vida social em cada um desses domínios se produz e se reproduz. Assim, por exemplo, podemos compreender que *“para minimizar os conflitos e para preservar certo isolamento sob condições de proximidade física é necessário manter certa distância psicológica, inclusive nas relações mais íntimas. (...) Assim, o papel do vizinho se encaixa numa rede de papéis sociais e sua explicitação depende da natureza da estrutura social que inclui a densidade populacional; a distância entre as unidades de habitação; o nível econômico dos habitantes; o grau de cooperação solicitado ou permitido entre os residentes e a confiança geral que os indivíduos colocam nos não parentes”* (Keller, 1979, p. 27 e 31.)

Desta forma, é possível observar que *“as atividades de vizinhança e as ocasiões para realizá-las dão lugar a uma quantidade de relações ou laços mais ou menos fortes entre os vizinhos. (...) As relações entre vizinhos oscilam entre a abertura e a reserva; entre a intimidade e o distanciamento, e é necessário evitar tanto a excessiva intimidade como o excesso de discussão”* (1979, p. 43 e 46.)

Comentando sobre a intensidade e a extensão das relações de vizinhança, Keller explica certos atributos dessas relações de forma muito semelhante ao que poderia ser interpretado de uma análise do espaço com técnicas de sintaxe urbana, conforme comentado na introdução do presente trabalho. Diz ela que *“em áreas de muitos contatos entre vizinhos, estes conhecem-se devido às reduções dos laços de parentesco, amizade e vizinhança. Igualmente, nestas zonas, um maior número de pessoas conhece muitos dos seus vizinhos de vista e de nome, mas isto se deve menos ao interesse e ao afeto pessoal do que ao entorno em geral que, virtualmente, torna inevitável esse conhecimento”* (Keller, 1979, p. 56-7.)

Algumas observações da autora tentam dar conta das diferenças de relações de vizinhança existentes em áreas diferentes quanto ao componente sócioeconômico e

morfológico do espaço. Diz ela que “*em áreas muito urbanizadas, com um nível de vida que aumenta continuamente, a prioridade, frequência, formalização e intensidade das relações de vizinhança diminuem em favor das relações com a família imediata e com amigos selecionados pessoalmente. (...) Em geral, parece que quanto mais auto-suficiente é uma comunidade ou mais assente em si mesmo o indivíduo ou um grupo, menor é a confiança nos vizinhos e mais fracas são as relações de vizinhança...*” (Keller, 1979, p. 58 e 67.)

Neste sentido, é importante relacionarmos essas observações com as que examinamos anteriormente sobre o homem da modernidade. Assim, longe de haver uma característica uniformizada no interior de uma mesma formação social, coexistem uma infinidade de modalidades de relações de vizinhança decorrentes das diferentes formas existentes de inserção social e espacial por parte da população, muito embora possamos identificar tipos predominantes enfatizados em determinado momento, como o centrado mais no papel e na força do indivíduo, como parece ser a forma corrente na atualidade.

Não é difícil perceber que, dentre as funções das relações de vizinhança, têm destaque as que dizem respeito às condições de reprodução das práticas sociais. Uma dessas funções é “*o exercício do controle social recíproco para auxiliar a manter as pautas comuns e a comunicação compartilhada*”. (...) Isto permite “*a criação e a manutenção das normas sociais de conduta e dos valores corretos*” (Keller, 1979, p.61/2.)

Segundo Keller, as relações de vizinhança são explicadas, por um lado, pela origem e tradições dos grupos e dos indivíduos e, por outro, pelos enquadramentos habituais em classes sociais. “*Nos densos bairros operários especializados e semi-especializados, a necessidade e a limitação de oportunidades, o isolamento e a pobreza relativos, a insegurança e o medo de estranhos, tudo isto se combina para fazer das relações de vizinhança uma parte essencial da trama de relações familiares, entre parentes e de trabalho. (...) Nos ambientes de classe média as relações de vizinhança assumem um aspecto diferente. Antes de tudo, são mais seletivas, mais pessoais. Um maior bem-estar econômico faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumenta o uso das faculdades críticas e seletivas.*” (Keller, 1979, p. 70/1.)

Para as nossas finalidades, estas observações são suficientes e dão um bom quadro que nos permitirá referenciar a avaliação empírica sob um conjunto de amarrações conceituais que perpassem a noção do indivíduo da modernidade e seus vínculos sociais que se dão em espaços de sociabilidade.

CARAPICUÍBA E A HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL RECENTE

Para compreender o conjunto residencial Cohab de Carapicuíba é necessário, primeiramente, situá-lo dentro das condições gerais em que a habitação social ou popular é pensada e produzida no Brasil.

Os países europeus, já na virada do século 19 para o 20, iniciam o debate acerca da habitação social e fazem surgir as primeiras tentativas de solução como na Holanda, Inglaterra, Áustria, Alemanha e Itália. Estas experiências se consolidam como experiências concretas principalmente com o surgimento de um sindicalismo forte e a subida ao poder dos partidos socialistas.

A industrialização desses países, o aumento da demanda por habitações e a degradação física dos estoques disponíveis trazem à tona a habitação como questão e como problema. (Fig. 3.) Neste sentido, basta examinarmos as discussões de Phroudon e de Engels sobre o tema, produzidas no final do século 19.



Fig. 3 - A habitação no início da Revolução Industrial
Fonte: Benevolo 1983.

Essa experiência européia se difunde de forma mais ampla pelo continente nos trabalhos de reconstrução que se dão após a Segunda Grande Guerra, acompanhados por amplos processos de planejamento e desenvolvimento, abarcando regiões que ainda se encontravam fora dessa problemática, como Portugal e Espanha.

Do ponto de vista das soluções espaciais, com raras exceções - ver na Holanda, com Berlage (Fig. 4); na Áustria com Otto Wagner; na Alemanha com Ernst Mai (Fig. 5) e

Bruno Taut, por exemplo - a arquitetura de habitação social tem sido considerada ao longo do tempo como um trabalho de menor prestígio profissional do que as obras individuais e de autor.

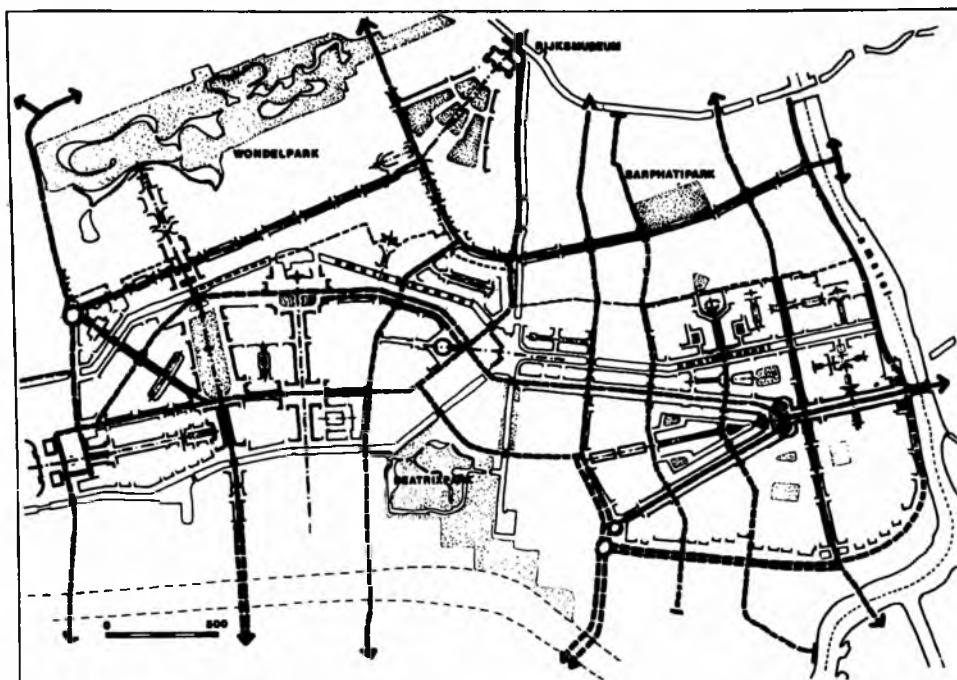


Fig. 4 - Plano de Berlage para a extensão de Amsterdam, onde seriam implantados os conjuntos de habitação social
Fonte: Castex 1980.

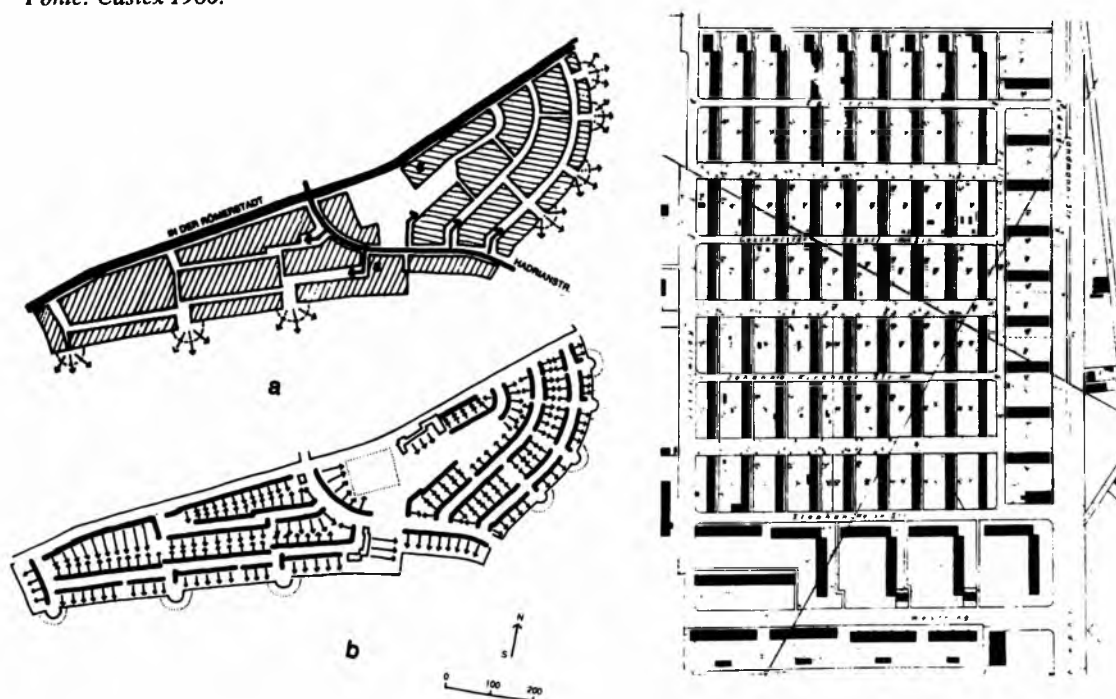


Fig.5 - Propostas de habitação social executadas por Ernst Mai, primeiro inspiradas na cidade jardim (esq.) e posteriormente nos princípios racionalistas (dir.)
Fonte: Castex 1980.

Morfologicamente essas soluções evoluem de tratamentos modernizados com técnicas e materiais tradicionais - como no caso de Berlage - a uma aplicação generalizada dos princípios da cidade modernista que amplia seu alcance em especial após a Segunda Grande Guerra e que encontra nos amplos trabalhos de reconstrução européia seu campo de difusão.

São características básicas da solução modernista para a habitação social: *“repetição e combinação modular, a austeridade formal sentida como estreiteza funcionalista, o aborrecimento de uma arquitetura desencarnada, o mito da tecnologia... A ergonomia, a contenção formal e a discreção se interpretavam como anonimato, como esterelidade”* (Isasi, 1986, p. 21-22.)

No Brasil, a habitação surge como questão tardiamente, como tardio foi seu processo de industrialização.

Algumas experiências de grande porte ocorreram na esteira do desenvolvimento industrial em várias regiões do país, antes da criação do BNH. Devemos lembrar as iniciativas dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, representativos dos interesses de operários especializados, que implantaram conjuntos residenciais populares em diversas cidades do país, os chamados IAPs (Figs. 6 e 7). De qualquer forma, a partir da década de 40, a questão habitacional é cada vez mais debatida, quanto mais se acentua o processo de urbanização. Na década de 50, a questão habitacional se acirra e suscita uma série de encontros e proposições, na esteira do debate nacional sobre as reformas estruturais de base que atinge o auge no governo de João Goulart e, logo em seguida é abortado pelo golpe militar de 64. Uma das primeiras medidas do governo militar instalado é, no mesmo ano de 1964, a criação do Banco Nacional de Habitação - BNH, para resolver o problema da moradia popular.

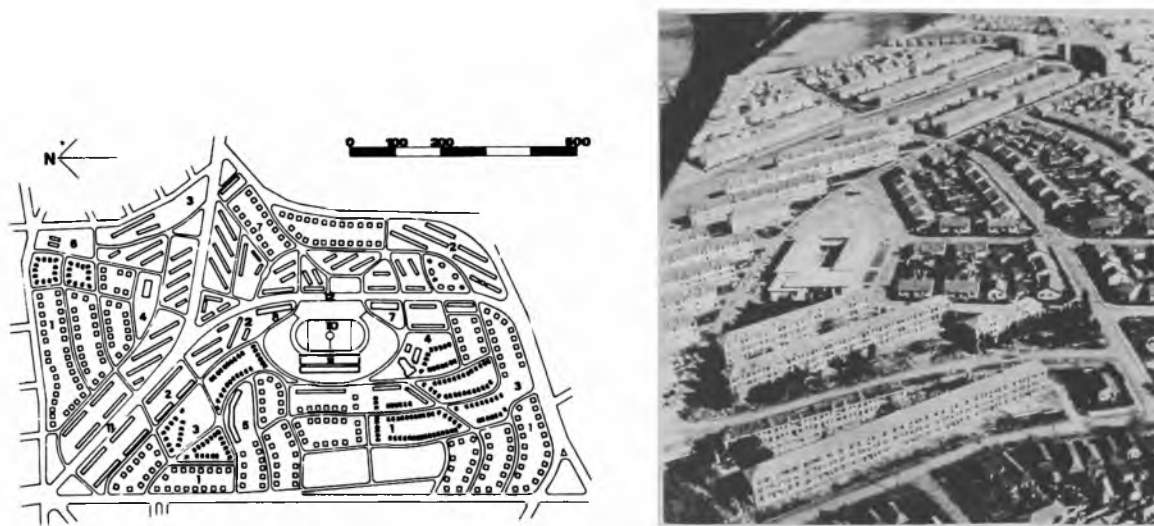


Fig. 6 - Conjunto residencial IAPI/Porto Alegre, exemplo de habitação social pré-BNH: implantação (esq.) e vista aérea (dir.)

Fonte: Xavier e Mizouguchi (1987)



Fig. 7 - Projeto de conjunto residencial IAPI/Belo Horizonte: perspectiva do conjunto, outro exemplo de habitação social no Brasil, na década de 40

Fonte: IAPI/MG (1940)

Se podemos situar a problemática da habitação social como tendo recortes técnicos, econômicos e políticos, a experiência brasileira pós BNH tem-se claramente voltado às questões econômicas e políticas, sendo que os aspectos de ordem técnica - incluindo-se, aqui, todos os procedimentos de gerenciamento espacial - são considerados secundários, atestado pelo fato de que o debate sobre a qualidade espacial produzida sob o comando do BNH, seja em termos das edificações como do espaço urbano gerado pelos projetos, muito mais recentemente tem sido objeto de estudos - avaliação pós-ocupação; análises das morfologias; repercussões sociais, por exemplo.

Do ponto de vista político, a habitação social serviu para atender demandas reprimidas associadas ao projeto político brasileiro, tradicionalmente populista e paternalista.

Do ponto de vista econômico, tratava-se de repassar a empresas privadas um monumental capital de giro oriundo de transferências do Estado, sem que as contrapartidas fossem objeto de uma discussão de monta equivalente.

É nesse quadro que as ações das companhias estaduais de habitação - as Cohabs - vão atuar no país, no atendimento das necessidades das camadas assalariadas da população.

O conjunto residencial de Carapicuíba é um exemplo típico dessa situação, onde uma solução homogênea é aplicada com poucas qualidades de projeto e de execução.

É importante insistir no fato de que a massa da produção de habitação social no Brasil, que vai do final da década de 60 a meados da década de 80 onde, no geral, repetem-se soluções-padrão pelo país afora, corresponde, na Europa e Estados Unidos à fase de amadurecimento da crítica das soluções tipicamente modernistas adotadas nos programas habitacionais desses países e nas cidades novas que são criadas por toda a Europa.

Essa crítica, que vai reorientar as abordagens utilizadas até então na questão habitacional, por um lado e, mais enfaticamente, a formação de tecidos urbanos, estranhamente tem fraca repercussão no Brasil e, apenas de meados da década de 80 em diante é que podemos identificar uma avaliação mais sistemática das soluções genéricas adotadas nos conjuntos residenciais, sejam populares, seja Brasília.

Na área da arquitetura e do urbanismo, continua-se sem uma crítica firmemente estabelecida, que tenha como fundamento a possibilidade de superação dos eventuais problemas surgidos das diversas soluções possíveis de serem adotadas nesse âmbito.

Por outro lado, uma das justificativas do projeto-padrão é a utilização de um dos pilares dos princípios modernistas, qual seja a consideração de um “homem-tipo” (Choay, 1970), não sendo considerado necessário, portanto, adequar morfologias a peculiaridades sócio culturais.

Da mesma forma que a falta de crítica é uma componente da produção arquitetônica brasileira, a falta de exame das alternativas que estavam sendo tentadas em outras realidades para superar os impasses colocados, tanto pela crítica como pelo desempenho das áreas habitacionais, também é peculiar aos nossos profissionais de arquitetura.

Experiências extremamente registradas como os chamados trabalhos com comunidade que ocorrem na Europa e nos Estados Unidos têm pouca divulgação no Brasil.

No caso europeu, são construídos “grandes conjuntos habitacionais patrocinados pelo Estado, com intensa participação da comunidade nas decisões de projeto. As experiências mais interessantes são as de Ralph Ernskine e Vernon Gaie, na Inglaterra, que projetam desta forma e acompanham os trabalhos de implantação do conjunto Kyker-Newcastle Upon Tyne, entre 1969 e 1981, tratando da reconstrução de um bairro, sem remoção da população. (Figs. 8, 9 e 10.)



Foto do Autor



Foto do Autor



Fotos do Autor

Figs. 8, 9 e 10 - Newcastle Upon Tyne, De Ralph Ernskine e Vernon Gaie, exemplo de arquitetura de comunidade: edifício-barreira (acima), dos poucos projetos do próprio Ernskine; vistas de setores internos de residências (demais figuras), podendo-se observar as tipologias adotadas
 Fonte: AR n. 934

Outro arquiteto que trabalha nesta linha é o italiano Giancarlo de Carlo, que foi responsável pela expansão da Universidade de Urbino - uma pequena cidade de estrutura medieval - que deveria abrigar 10.000 novos alunos e equipamentos, com a participação dos moradores nas diversas decisões. (Notas de aula da disciplina história social da arquitetura e do urbanismo modernas.) (Figs. 11, 12 e 13.)

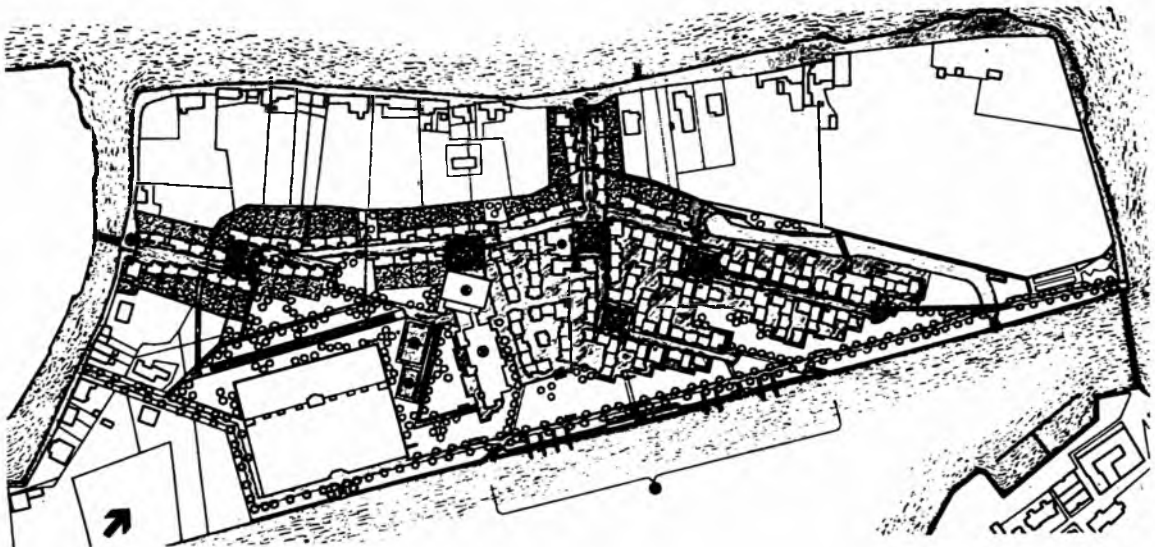


Fig.11 - Plano de Mazzorbo, por Giancarlo de Carlo, onde podemos identificar referências às estruturas urbanas correntes na região
 Fonte: AR, n.1085

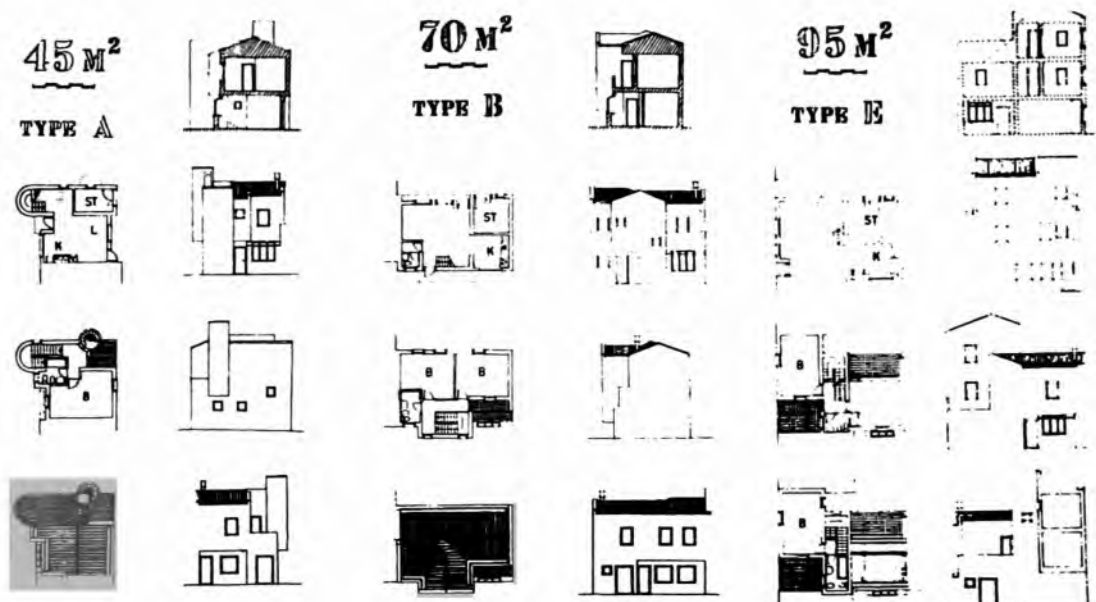


Fig.12 - Estudos tipológicos de Giancarlo de Carlo para Mazzorbo, referentes às tipologias edilícias usuais para a população da região
Fonte: AR n.1085



Fig.13 - Vistas de áreas residenciais de Mazzorbo
Fonte: AR n. 1085

O caso americano, diferentemente do europeu, “foi desenvolvido por jovens arquitetos, sem muita experiência profissional que se utilizam de problemas práticos como instrumento de mobilização comunitária. Por todos os Estados Unidos, voluntários de todas as áreas organizam, a partir das universidades, junto com as comunidades de baixa renda, lutas contra projetos que repercutem na destruição de comunidades. Esses grupos floresceram muito nas décadas de 60/70. Desse movimento surgem os Conselhos Comunitários, com poder de aprovação de projetos - os CDRB *Citizen Design Review Board*”. (Idem nota anterior.) Formalmente, é neste período que se enfatiza a questão da preservação de prédios ou conjuntos arquitetônicos, a reciclagem de edificações deterioradas e a busca da reprodução de morfologias associadas à preservação comunitária. (Figs.14 e 15.)



Fotos do Autor



Figs. 14 e 15 - Exemplos de trabalhos com comunidade nos Estados Unidos: reabilitação do Hotel Aarti, de São Francisco, projeto de Asian Neighborhood Design (esq.) e Coleridge Park Homes, projetado por George Miers and Associates, de São Francisco (dir.)
Fonte: Comerio(1987)

Apesar de todas essas novas alternativas, ficamos repetindo soluções ultrapassadas e que urbanística e socialmente já se apresentavam problemáticas.

COHAB CARAPICUÍBA: CIDADE MODERNA?

As transformações implantadas em Carapicuíba após sua ocupação parecem indicar para uma mudança, através da ação da população, de um paradigma morfológico modernista para uma morfologia que atualmente se assemelha a tecidos tradicionais.

Quando dizemos que a morfologia do projeto executado era modernista, nos referimos à sua relação com o conjunto de características que, principalmente através dos trabalhos do CIAM - Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, são difundidos mundialmente e que é assumido como ideal urbano. Essas características são avaliadas por diversos autores, dentre os quais destacamos Huet (1986) e Comas (1986).

Para Huet, *“o modelo de cidade proposto na Carta de Atenas e ilustrado por Le Corbusier implica num espaço de tipo novo que, obviamente, se contrapõe, sob diversos aspectos, àquele da cidade histórica, (...) É homogêneo, isótopo, fragmentável, desprovido de direção, isento de valor cultural simbólico ou histórico”*. (1986, p. 83.)

Já para Comas, *“o formato da ‘cidade ideal moderna’ pode ser descrito como a acumulação de objetos construídos em um contínuo tratado como parque basicamente indiferenciado, cortado por autopistas e caminhos”* (1986, p. 127) (Fig.16.)



Fig.16 - Nemours, por Le Corbusier: exemplo representativo da forma ideal da cidade moderna
Fonte: Benevolo (1983)

“Na cidade histórica, a morfologia urbana tem a função de assegurar a permanência, a unidade e a continuidade no espaço e no tempo enquanto a arquitetura é sujeita a uma constante transformação que lhe impõe ser, por definição, heterogênea, descontínua e fragmentária.” (Huet, 1986, p. 83.)

Para Comas, *“o formato da cidade tradicional pode ser descrito como a acumulação de espaços vazios - ruas e praças configuradas por fachadas contínuas alinhadas - dentro de uma massa construída predominantemente indiferenciada, perfurada por pátios e quintais privados. Desde o ponto de vista perceptivo, no formato tradicional a figura é o espaço, o fundo é a construção (Fig.17). No formato modernista a figura é o edifício e o fundo é a paisagem” (1986, p. 127) (Fig.18.)*



Foto do Autor

Fig.17 - Ocupação de um setor de Roma: exemplo de figura/fundo em tecido tradicional
Fonte: Benevolo (1983)

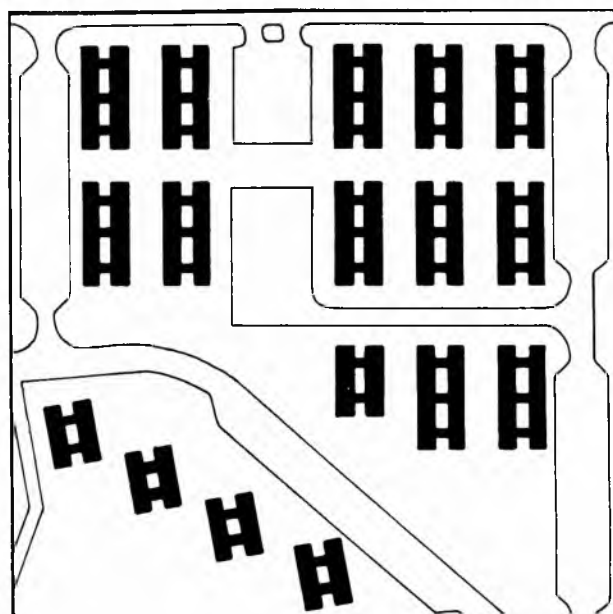


Fig.18 - Ocupação de um setor do Conjunto Cohab Itaquera: exemplo de figura/fundo num tecido moderno
Fonte: Macedo (1986)

“O status do solo é anulado porque não há mais nenhum sinal das diferenças fundamentais entre público e privado. (...) O tecido urbano não mais será regulado por uma relação específica entre morfologia urbana e tipologia dos edifícios, a arquitetura se explicará por uma simples justaposição de objetos isolados, estanques, carregada de uma superexpressividade de valores ausentes.” (Huet, 1986, p. 83.) Ou, como diria Holanda (1984), passamos de uma paisagem de lugares para uma paisagem de objetos.

Este é o pano de fundo no qual é pensada a organização da cidade moderna. Para examinarmos de que forma este discurso é apropriado para a elaboração do conjunto BNH, nos valeremos de algumas observações feitas por Comas (1986). Diz ele que *“uma das fórmulas (de projeto) é o conjunto de blocos repetitivos de apartamentos, usualmente sem elevador, não ultrapassando quatro pavimentos. (...) Os espaços abertos entre as edificações não ocupados por ruas ou estacionamentos descobertos são sempre coletivos e nunca compartimentados, permitindo livre acesso a todos os moradores e à vizinhança”*. (1986, p. 127.)

“O conjunto de apartamentos BNH é comparável à superquadra modernista no porte, na divisão programática entre habitação coletiva e seus complementos, no emprego de edificações isoladas dissociadas da rua e dispostas sobre espaço aberto contínuo, coletivo, indiferenciado. Faltam, porém, o elevador, os pilotis que eliminaria a ausência de privacidade registrada nos apartamentos térreos, os estacionamentos no subsolo e o tratamento do espaço aberto como jardim inglês tropicalizado à la Burle Marx que a superquadra de Brasília ostenta.” (Comas, 1986, p. 128.)

A população que foi morar em Carapicuíba recebeu um espaço que, em geral, possuía as características acima descritas, com o agravante de que este projeto não se desenvolvia sobre o terreno ideal da cidade moderna, isto é, perfeitamente plano, mas sobre um terreno bastante acidentado.

MORFOLOGIA URBANA EM CARAPICUÍBA

Elementos de Composição

O projeto trabalha essencialmente com o edifício como elemento de composição básico. São dois os tipos de edifícios que estão presentes no setor, sendo que o menor deles corresponde ao maior seccionado ao meio longitudinalmente. (Fig.19.) O edifício é padrão para outros conjuntos Cohab em São Paulo, como o de Itaquera. (Macedo, 1986, p. 109.)

Os edifícios são dispostos paralelamente entre si em setores isolados. O edifício maior apresenta os acessos às unidades internalizados nos seus pátios apresentando os problemas comuns a este tipo de solução que é a exposição dos apartamentos situados

no nível do térreo. O edifício menor possui uma complexa rede de acessos às unidades, a partir de dois níveis conectados entre si e ao mesmo tempo independentes. (Fig. 20.)

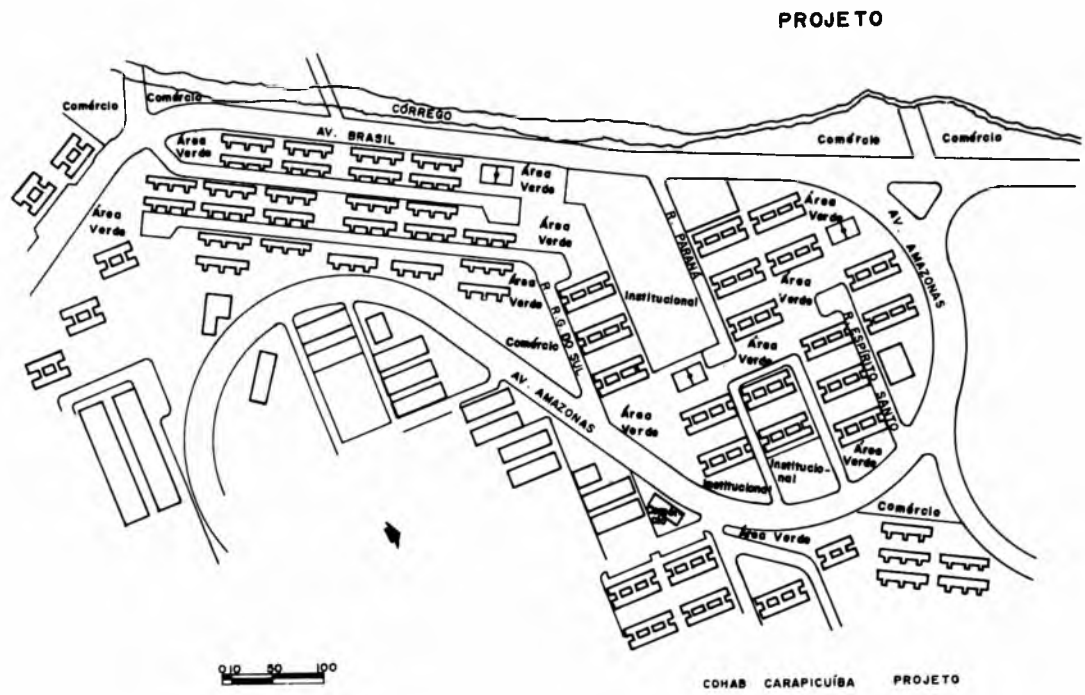


Fig.19 - Projeto de um setor da Cohab/ Carapicuíba, indicando as possibilidades efetivas de circulação e acesso às diversas áreas, ou seja, as permeabilidades



Foto do Autor

Fig. 20 - Níveis de acesso às unidades residenciais nos edifícios menores

O que não é edifício é espaço público. A busca da repetição, do paralelismo e mesmo afastamentos deixa claro que, enquanto for possível, implantam-se os edifícios, subjugando os espaços abertos ao azar do que restou como área onde não é possível reproduzir a mesma forma de implantação residencial. Percebe-se que estes espaços, longe de serem propostos como espaços instrumentais no uso das horas de lazer ou simplesmente de encontros casuais, transformam-se em resíduos da rigidez da solução adotada para o edifício residencial. O edifício é desenhado. O espaço livre não.

Na situação atual, as transformações implementadas pela população redefinem as relações público/privado, criando novas hierarquias, incluindo espaços semiprivativos, localizados no interior do que agora se pode chamar quarteirão. (Fig. 21.)

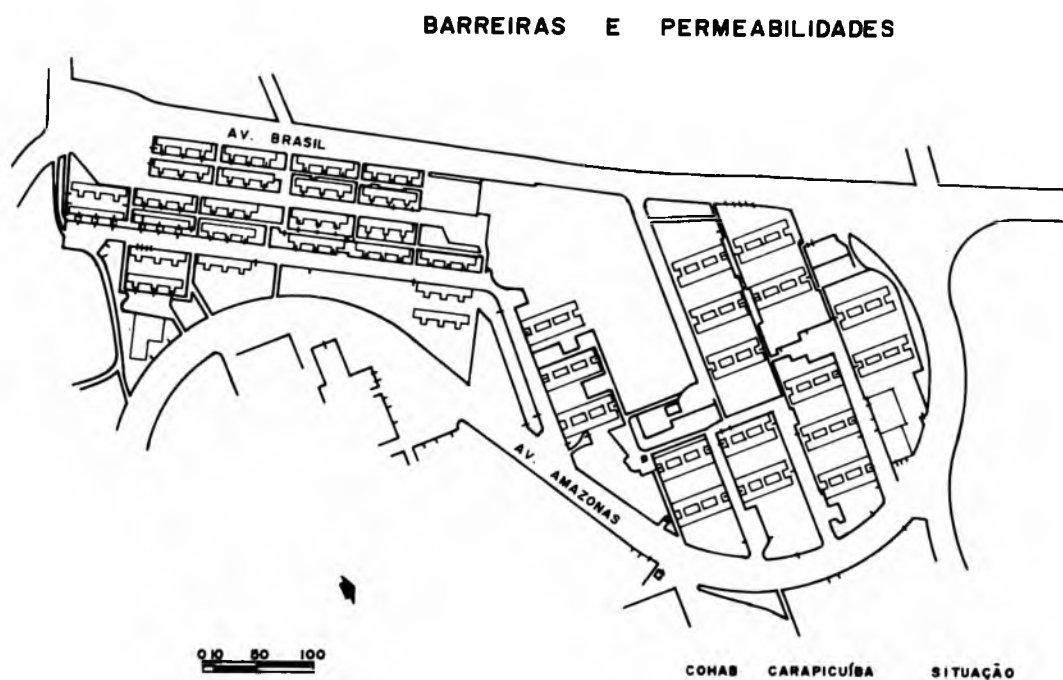


Fig.21 - Situação atual quanto às barreiras e permeabilidades: redefinição das possibilidades de acesso e penetração às diversas áreas

Tanto na área de uma tipologia como na outra, com diferença de escala, há uma clara retomada de padrões urbanísticos tradicionais, formando quarteirões onde parte é ocupado com edificações e parte é livre - para o uso de garagens, pátios, jardins.

O grupamento dos edifícios maiores obedece ao que o projeto denomina “condomínios”. Já para os edifícios menores, encontramos, na maior parte das vezes, o edifício como o quarteirão. Há casos de associação de dois edifícios para formação de quarteirão, tanto longitudinalmente como transversalmente. (Fig. 22.)



Fig. 22 - Redefinição de barreiras e a formação de "quarteirões"

Há uma grande simplificação da estrutura urbana, no sentido do estabelecimento de hierarquias bem marcadas. O espaço público é redesenhado, agora conformando vias – de pedestres ou não –, largos e alguns jardins, não ocorrendo nenhuma praça tratada (Fig. 23.)



Fig. 23 - Redefinição das barreiras e a nova conformação dos espaços públicos

As transformações cumprem vários papéis: a) afastam os apartamentos térreos do escrutínio da rua, com algumas exceções. No caso dos edifícios menores, na fachada contínua, na maior parte das vezes isto é resolvido pela própria diferença de nível entre o espaço público e o afastamento (Fig. 46); b) restringe as modalidades de circulação e contato público/privado, aumentando o nível de controle espacial; c) incluem no programa do conjunto, necessidades não contempladas no projeto, como garagem individual, que se vai situar ora dentro do quarteirão, ora no exterior.

Mesmo hoje, 23 anos após a conclusão do conjunto, a vegetação nos espaços livres é bastante incipiente, não chegando a ser notável enquanto elemento de composição. Atualmente, com os processos de privatização dos espaços livres, o tratamento paisagístico é mais intenso no interior dos "quarteirões" do que nos espaços livres públicos. Isto atende, também, a uma necessidade de estabelecer claramente a responsabilidade pela manutenção desses espaços o que, em conjuntos Cohab, o poder público faz muito precariamente.

Espaços públicos X Espaços privados

Observando-se as duas plantas relativas aos espaços públicos e privados do projeto e da situação percebe-se que as diferenças são acentuadas. (Figs. 24 e 25.)

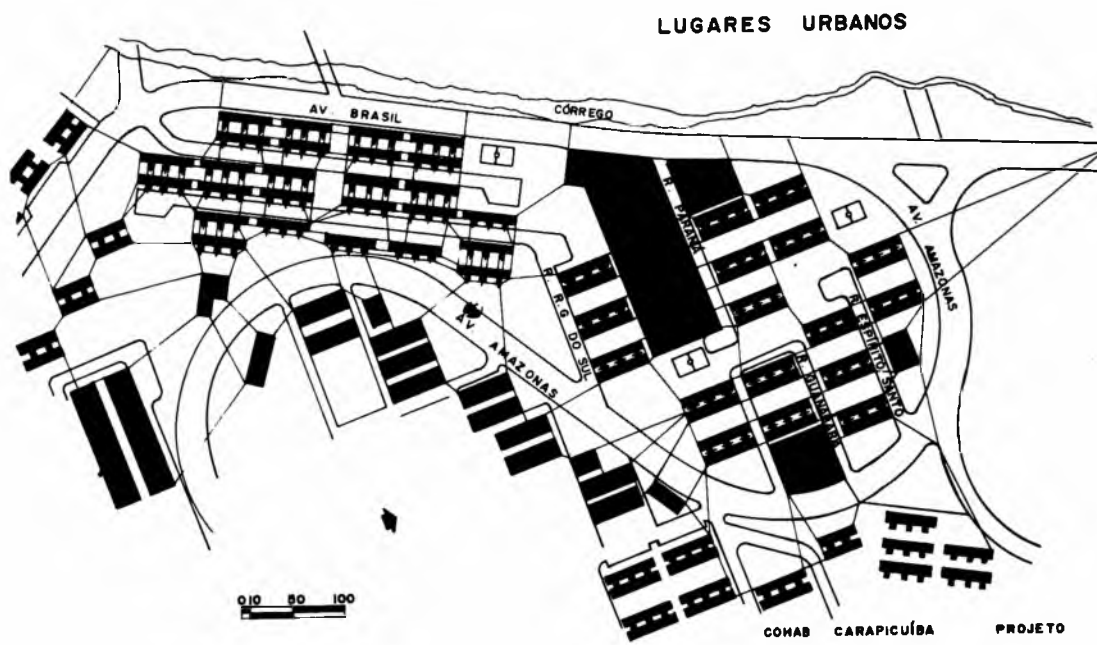


Fig. 24 - Para o projeto: em preto os espaços privados; em branco os espaços públicos



Fig. 25 - Na situação atual: em preto os espaços privados; em branco os espaços públicos

No primeiro caso, a adoção de uma forma de projetar trechos de cidade dentro de princípios urbanísticos modernistas cria uma hierarquia rígida que vai do absolutamente privado - o edifício - ao absolutamente público - o que não é edifício -, conforme as discussões propostas por Castex. (1980, p. 134, 137 e 143.)

Isto é rompido pelos moradores que criam novas hierarquias urbanas de espaços melhor categorizados e que expressam uma identidade territorial. (Fig. 26.)



Foto do Autor

Fig. 26 - A redelimitação dos espaços públicos e semipúblicos deixam claras as hierarquias urbanas

Os espaços tomados ao que antes era público são percebidos agora quase como um tecido tradicional de cidade com quarteirões, ruas, praças, largos, etc.

É visível a mudança de uma situação onde era maior a proporção de área pública, no projeto, para uma maior proporção de área privada, na situação atual.

A função da reformulação, para garantir privacidade aos apartamentos térreos, apresenta duas exceções na área dos edifícios maiores. Num caso, corresponde à frente para um espaço público bastante movimentado e um certo desnível entre a rua e as janelas promove a separação. No outro caso, não houve um fechamento nos moldes das demais situações e observa-se um grande nível de degradação espacial, sendo que as janelas desses apartamentos estão lacradas com grades que deixam as venezianas permanentemente fechadas. (Figs. 27 e 28.)



Fig. 27 - O contato direto dos apartamentos localizados no térreo com espaços de domínio público induz à adoção de alternativas radicais de separação mais efetiva entre público e privado, garantindo um mínimo de privacidade aos apartamentos térreos



Fig. 28 - A ausência de privacidade ao nível do solo produz uma deterioração das condições do espaço e das habitações

As novas formas de organização podem ser percebidas em quase todas as fotos da área, em especial as figuras 26, 37, 38 e 39.

Lugares urbanos

Neste item iremos nos valer de alguns procedimentos de sintaxe espacial para avaliarmos a organização local do espaço, a partir dos lugares propostos pelo projeto e dos definidos pela população.

Comparando-se as plantas de espaços convexos² e constituições³ do projeto e da situação observa-se que as transformações morfológicas são profundas.

No projeto (Fig. 29), os lugares conformados pela independência do sistema edificado em relação ao sistema de percursos - motorizado ou não - cria uma série de lugares que vão corresponder simultaneamente a vias e espaços livres.

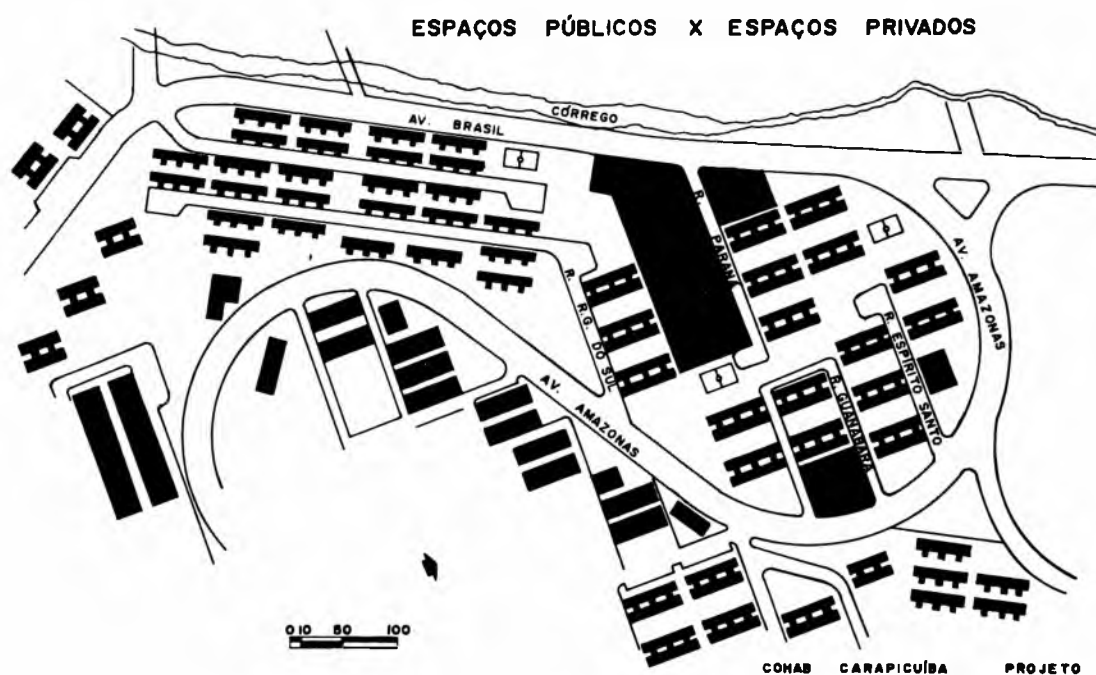


Fig. 29 - Mapa de convexidade, ou o menor número dos maiores espaços convexos existentes no projeto

Utiliza-se, aqui, uma situação típica de conjuntos habitacionais recentes em que “as áreas livres liberadas são em geral muito grandes, mas como aqui também não se projeta a paisagem e sim o agrupamento simples de modelos de prédios, o resultado é o costumeiro, espaços abandonados, de difícil manutenção x áreas inadequadas a qualquer uso e hiperutilizadas” (Macedo, 1986, p. 108.)

Na planta da situação atual (Fig. 30) percebe-se que isto é fortemente reduzido e os espaços privados são definidos e definem os espaços públicos, que sempre correspondem a percursos. (Figs.31 e 32.)

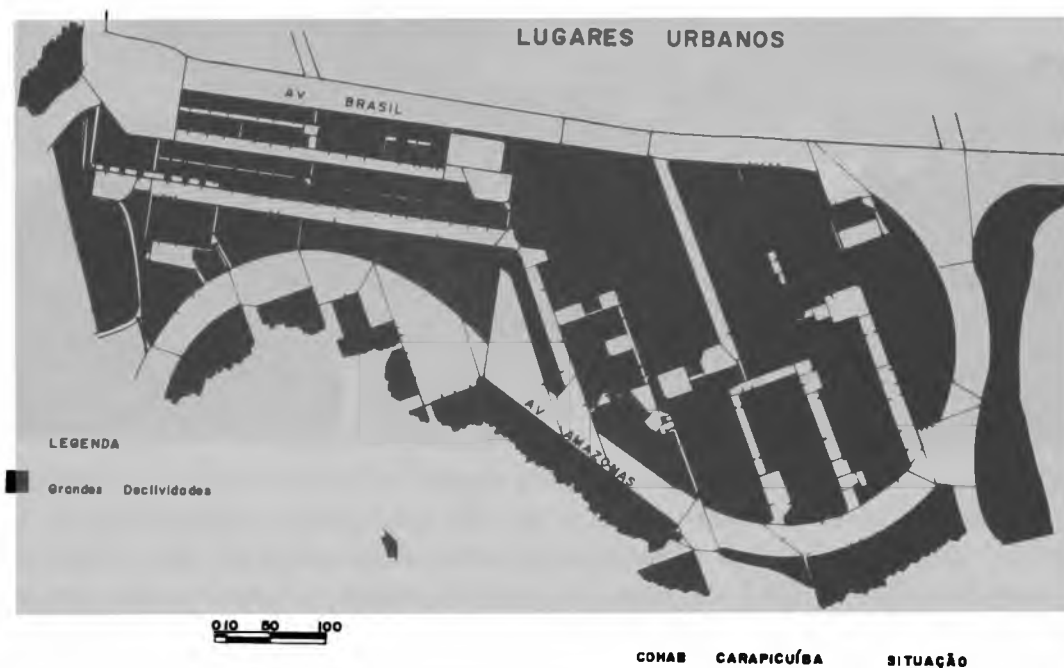


Fig. 30 - Mapa de convexidade, ou o menor número dos maiores espaços convexos existentes na situação atual

Foto do Autor



Fig. 31 - Os espaços públicos, como as vias, são conformados pelos limites do espaço privado



Fig. 32 - A inclusão de novas edificações auxiliam a delimitar melhor o espaço das vias

Os lugares urbanos são, agora, lugares de leitura familiar, pelas transições de hierarquia presentes: unidade residencial-espços semicoletivos-espços públicos. Alguns desses lugares, por problemas de sítio, até hoje permanecem sem utilização (Figs. 33 e 34.)



Fig.33 - A declividade natural excessiva dificulta o aproveitamento de diversas áreas



Fig. 34 - Grandes declividades restringem as possibilidades de relações entre os espaços: as condições do terreno definindo barreiras

Do projeto para a situação atual há tanto uma redução quantitativa desses espaços como, e principalmente, qualitativa, na medida que agora esses lugares, na maior parte das vezes, permitem uma clara leitura.

Do ponto de vista da escala dos lugares, percebe-se nitidamente uma redução, uma vez que os novos limites público/privado, em frente a vias veiculares, são dispostos no alinhamento dos passeios, aproximando as obstruções laterais. Os largos, ou seja, os espaços internos maiores, passam de áreas em torno dos 3.000 a 5.000 m², para áreas com cerca de 900 m², caso da maioria, excepcionalmente ultrapassando os 1.000 m².

Espaços de circulação também apresentam redução significativa. Na área dos edifícios maiores, ao longo das vias, o afastamento público/privado passa de 11 para 8 m; de 20 para 14 m e, no caso de alguns afastamentos entre “condomínios” esta distância passa, num caso, de 45 para 8 m e, em outro, de 70 para 30 m. Como isto corresponde a um processo generalizado, percebe-se que a escala dos espaços públicos sofre uma grande redução, certamente como reação às excessivas dimensões propostas pelo projeto.

Eixos de acessibilidade

Nos mapas constam as linhas que articulam os diversos lugares urbanos entre si em linha reta e que representam graficamente as possibilidades de relações espaciais possíveis a partir de cada morfologia física, também denominada de axialidade⁴, em sintaxe espacial.

No caso do projeto (Fig. 35), as possibilidades de circulação são extremamente elevadas e variadas, podendo-se identificar cerca de 50 eixos diferentes. Esses eixos passam pela frente dos edifícios; no meio dos edifícios; lateralmente aos edifícios, percorrendo quase sempre toda a área, de uma extremidade à outra. As modalidades possíveis de se percorrer o projeto se traduz: a) no grande número de possibilidades de escrutínio do espaço; b) na falta de hierarquia dos eixos de acessibilidade; c) na indiferenciação espacial que reforça as dificuldades de leitura e de hierarquização.

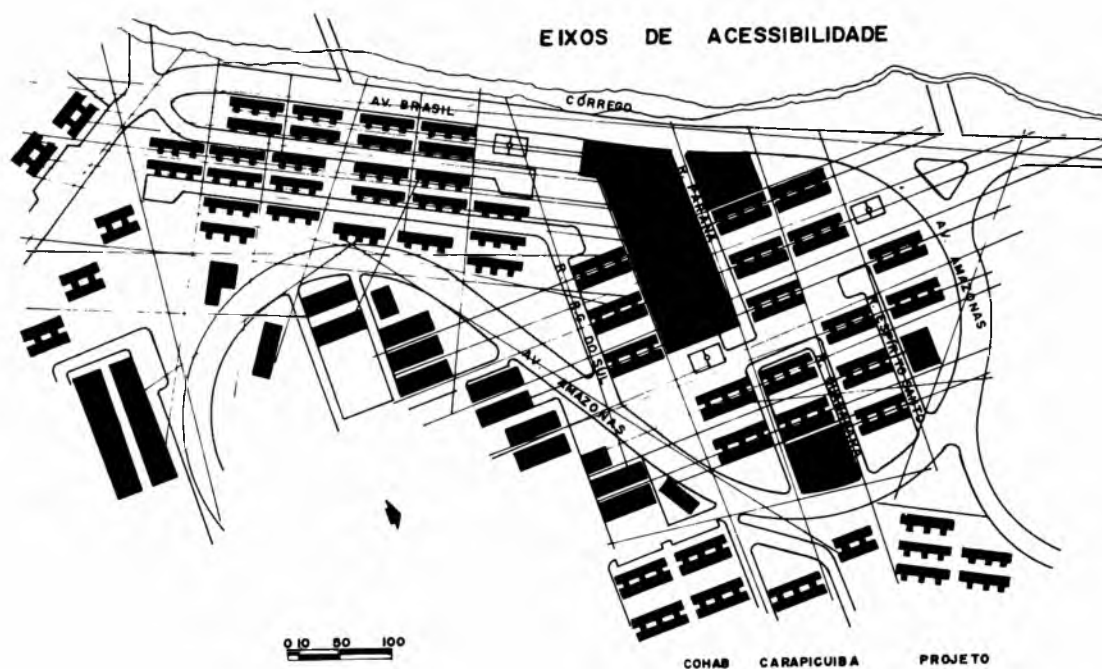


Fig.35 - Mapa axial ou o menor número dos maiores eixos propostos: as articulações entre espaços originados do projeto

Na situação atual (Fig. 36), quantitativamente não há alteração - permanecem 50 eixos. O que se altera é do ponto de vista qualitativo. Os eixos agora possuem diferenças importantes.

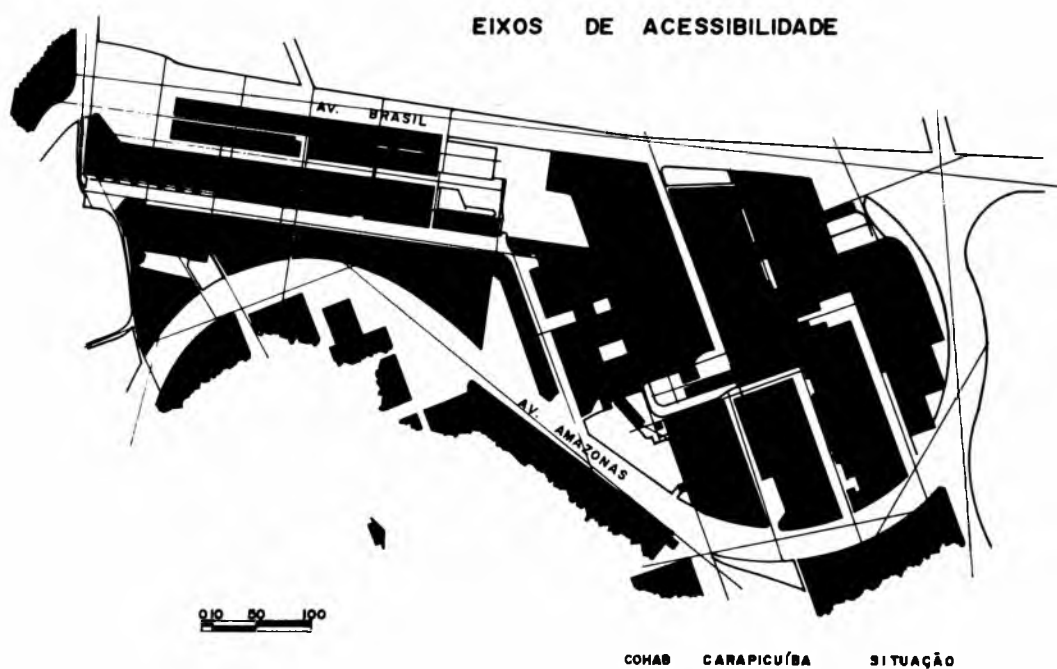


Fig. 36 - Mapa axial ou o menor número dos maiores eixos existentes hoje: as articulações entre espaços definidas pela população

Existem os que permitem grandes acessibilidades, como os eixos externos e alguns internos, que vão garantir tanto a conexão do setor analisado com os demais do conjunto como um todo, bem como a articulação entre as diversas partes do setor considerado.

As rupturas dos eixos vão definir graus de importância diferenciados, sendo que alguns serão apenas de uso restrito, outros de utilização mais ampla, dependendo das facilidades maiores ou menores de se atingir determinados espaços. Há, agora, uma hierarquia de eixos e essa hierarquia corresponderá a situações de maior ou menor utilização por parte dos moradores ou dos estranhos. De uma situação em que praticamente qualquer eixo atravessa a área, passa-se para outra situação onde essa excessiva permeabilidade, ou seja, as condições efetivas de se percorrer em linha reta os diversos setores do projeto, é desmontado em favor de percursos mais controlados e de menor extensão. O único eixo interno que permanece cruzando a área é o que se dá ao longo da rua Guanabara, ligando a av. Amazonas a av. Brasil. (Figs. 37, 38 e 39.)



Foto do Autor

Foto do Autor



Figs. 37 e 38 - Único eixo interno que, de forma contínua, liga duas vias externas de grande importância



Fig. 39 - Único eixo interno que, de forma contínua, liga duas vias externas de grande importância

Tipos de espaços públicos

O projeto propõe uma gama muito grande de tipos de espaços livres públicos, tanto do ponto de vista da sua geometria, áreas e funções propostas. (Fig. 40.)

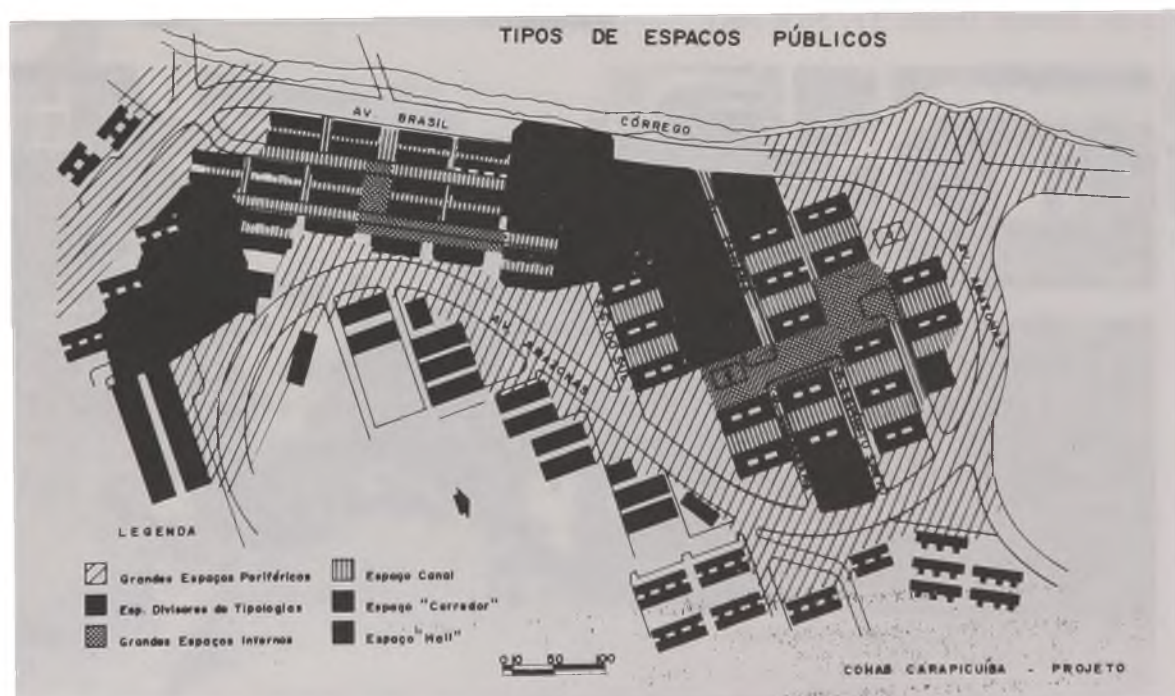


Fig. 40 - O projeto propõe um grande número de tipos diferentes de espaços públicos

Os maiores espaços livres identificam-se por duas situações. Na primeira encontram-se as áreas localizadas nas bordas do setor analisado, voltando-se para as grandes avenidas que circundam este setor - av. Amazonas e av. Brasil. Esses espaços englobam, além da própria avenida, áreas cuja finalidade específica não consta do projeto, sendo denominadas genericamente de “áreas livres”. A única exceção fica por conta de um parque infantil que, ao invés de vincular-se ao interior da área residencial, que possui um acesso veicular restritivo, volta-se para a av. Amazonas, de articulação entre os diversos setores do conjunto.

Na segunda situação encontramos os espaços mais amplos que separam uma tipologia de edifício de outra. Aqui, ruas, praças de retorno e estacionamentos em *cul-de-sac*, quadra esportiva, passeios ampliados e grandes áreas de uso não especificado, compõem os espaços livres, sobrepondo-se.

No interior da área residencial de edifícios maiores, a partir da disposição dos prédios pode-se perceber diversas situações quanto aos espaços livres. A forma do edifício gera nas extremidades de menor dimensão, pequenos espaços de aproximadamente 40 m² definidos pelos “dentes” do edifício. Entre um edifício e outro há um espaço com uma dimensão padrão que corresponde à distância entre dois edifícios e que é de 24 m. A forma de aglutinação dos edifícios em grupos de dois ou três prédios, separados por espaços livres mais amplos rompe a repetitividade da composição, apesar do grande paralelismo existente na disposição dos mesmos.

No sentido longitudinal, temos áreas que correspondem ao comprimento de dois edifícios e áreas circundantes, com 130 m. Assim, há uma configuração que se aproxima de uma idéia de rua, um canal de 24 por 130 m, rompido aproximadamente na metade pela separação longitudinal dos prédios, com cerca de 11 m e que, ao nível do chão, corresponde a um caminho de pedestres ou a uma pequena via que contorna um grupamento de prédios.

Além desse “canal”, a maior parte desses espaços equivalem ao comprimento de um edifício e a separação entre eles atinge entre 60 e 75 m. Este esquema repete-se para a área residencial de edifícios menores onde, em função de peculiaridades de sítio, há a formação de “canais” mais extensos e, aproximadamente na metade desse conjunto, de alguns largos. Esses canais mais extensos correspondem a vias veiculares que terminam em praças de retorno. Os prédios, aqui, são dispostos, de um dos lados da rua, por apenas frentes de edifícios e, do outro, por apenas fundos.

Os grupamentos de edifícios maiores - denominados de “condomínios” no projeto - são separados por três espaços mais amplos que os anteriores sendo que o primeiro possui vias, vias de pedestre, áreas livres, estacionamento; o último possui vias, área de estacionamento, quadra esportiva e áreas livres. Apesar das suas dimensões, a falta de um trabalho maior na definição dos seus enclausuramentos e as funções que se sobrepõem sem maiores critérios num mesmo espaço não contribui para uma configu-

ração clara que, mesmo podendo ser de múltiplas funções, deveriam ser implantadas com relações claras entre si, o que não parece ser o caso.

Outro tipo de espaço livre que pode ser observado corresponde a estreitamentos do espaço aberto, confinado na forma de corredores entre as edificações residenciais e áreas destinadas a outras finalidades, geralmente escolas. Este tipo de espaço ocorre também nos subsolos dos edifícios menores e corresponde a corredores de acesso aos apartamentos.

Por fim, temos os pátios internos dos prédios maiores, com aproximadamente 80 m², e que se formam a partir das caixas de escada de acesso aos pavimentos superiores.

Para a situação atual (Fig. 41), o exame comparativo das plantas dos tipos de espaços públicos do setor analisado evidencia o resultado das transformações impressas ao conjunto e que foram descritas anteriormente.

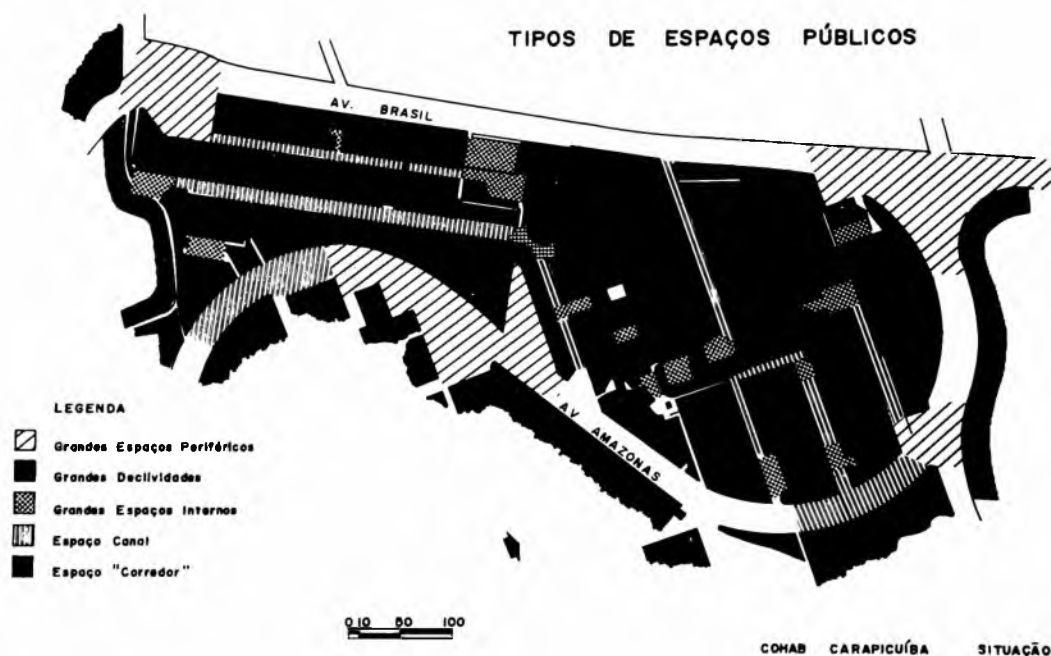


Fig. 41 - Na situação atual existe uma redução no número de tipos de espaços públicos, enfatizando aqueles encontrados em tecidos tradicionais

Uma primeira observação é que alguns tipos de espaços são eliminados, como os pátios internos dos edifícios maiores, que deixam de ser públicos, da mesma forma que os *halls* de entrada dos edifícios também desaparecem enquanto locais públicos.

A nova configuração reforça os espaços livres tipo canal, comuns em tecidos urbanos tradicionais e, com a devida consideração de escala, repetem-se no que se chamou de

“espaço-corredor”, mais comum na área dos edifícios menores, sendo uma particularidade dos espaços-canal do projeto. (Fig. 38.)

As amplas áreas periféricas são reduzidas tanto em termos de área ocupada como nas suas dimensões. Não existem mais os espaços longitudinais entre os edifícios, os quais são incorporados no interior dos novos “quarteirões”. A grande área de separação de tipologias, não propriamente desaparece mas, agora, tem melhor precisão de limites. Geralmente correspondem a situações de grande declividade, de ocupação muito difícil. Tanto que até hoje permanecem abandonadas, apesar dos verdadeiros milagres de engenharia operados pela população nas construções próximas a essas encostas. (Fig. 42.)

Foto do Autor



Fig. 42 - Ocupação de encostas executadas pela população

Assim, onde é possível, executam-se plataformas que são utilizadas ora como estacionamentos (Figs. 43 e 44), ora como praças com canchas esportivas. (Figs. 43 e 45.)

Esta situação repete-se no limite norte com uma ampla área que, além de apresentar um declive muito grande em relação a av. Amazonas, é depósito de entulhos de demolições, formando uma paisagem muito semelhante do que se imagina de uma cidade pós-hecatombe nuclear - blocos de concreto semidestruídos; ferragens retorcidas; partes de elementos construtivos amontoados, etc.



Fig. 43 - Execução de plataformas para estacionamento e canchas esportivas



Fig. 44 - Execução de plataformas para estacionamento de veículos



Fig. 45 - Execução de plataformas para uso de atividades esportivas

O que se chamou no projeto de amplos espaços internos agora, com relação ao seu tamanho, transformam-se numa rede de alargamentos, verdadeiros pátios, estratégica e homogeneamente distribuídos e articulados entre si por vias e caminhos. Estes novos espaços passam a ser amplamente utilizados para diversas funções: circulação; encontro; recreação; jogos; lavagem ou reparação de carros; instalação de atividades comerciais no seu entorno; acesso a garagens, etc. (Figs. 37 e 23). A este respeito, podemos dizer que *“a ocorrência das atividades de permanência no espaço da rua depende da necessidade e da aspiração dos usuários, as quais estão diretamente relacionadas às suas características sócioeconômica-culturais, enquanto ... o desempenho do espaço da rua em relação a esta atividade depende das características físicas e locacionais (contextuais) do espaço considerado. Então, se este espaço atende a várias atividades em momentos diferentes, ele possui o requisito de flexibilidade espacial...”*. (Nishikawa, 1986, p. 135.)

Em suma, a população recupera a linguagem de espaços abertos tradicionais como ruas, largos e praças, eliminando as situações potencialmente mais conflitivas e ambíguas enquanto lugares apropriáveis, criando uma clara hierarquia desses espaços, apesar dos fortes condicionamentos impostos pelo terreno.

Apropriação espacial

De maneira geral, podemos identificar que a ação da população sobre o espaço orientou-se no sentido de recuperar situações morfológicas não só familiares como de maior controle espacial, referenciadas aos tecidos urbanos tradicionais.

As transformações simplificam a estrutura urbana, define uma hierarquia de espaços de forma mais clara e recupera a noção de orientabilidade que o projeto dissolvia.

A recuperação da linguagem dos tecidos urbanos tradicionais pode ser atestada na área dos edifícios menores que, conforme já descrevemos, são dispostos ao longo de vias, de um lado com apenas frentes e, do outro lado da mesma via, com apenas fundos de edifícios. Isto é revertido de várias maneiras: a) pela ampliação da área privativa do edifício e a criação de ligações da via para as circulações que dão acesso aos apartamentos; b) com a abertura de garagens ou outros compartimentos, que são escavados sob esses edifícios (Figs. 46 e 47). Com isto, ambos os lados da via contribuem constituindo melhor o espaço público, o que normalmente acontece, dada a simetria de relações que normalmente se vinculam a um espaço comum que as justificam, no caso, a via.



Foto do Autor

Fig. 46 - Nos edifícios que dão fundos para as vias, a população cria ligações e formas de contato físico



Foto do Autor

Fig. 47 - A abertura de estacionamentos e/ou pequeno comércio, sob os edifícios com fundos para as vias define uma simetria de relações com o outro lado da via, onde estão frentes de edifícios iguais

A melhor hierarquização do espaço fica clara, também, na medida em que o nível de apropriação não é difuso e homogêneo, ocorrendo situações onde o encontro de pessoas é mais intenso e corresponde a largos e passagens quase que obrigatórios.

As transformações mencionadas constroem um novo padrão de escala de espaços que, em relação ao projeto, são mais contidos, com escala mais íntima, o que certamente contribui para um maior controle espacial.

Do ponto de vista da qualidade da paisagem produzida, podemos examinar este ponto sob vários ângulos. Muitos espaços não têm um tratamento melhor, muitas vezes devido às próprias condições do terreno. Os locais mais mal tratados são exatamente aqueles que a população não conseguiu se apropriar. No mais, com algumas variações quanto ao estado de conservação das fachadas e dos outros elementos construídos, bem como do tratamento dado aos espaços livres, incluindo, aqui, os jardins, podemos considerar a estrutura urbana formada pela ação dos moradores, como adequada às suas necessidades, haja vista a relação entre o tempo de construção e a boa manutenção existente, o que não é comum em conjuntos Cohab.

É do ponto de vista da estrutura urbana obtida a partir da intervenção da população e não da qualidade de cada um dos elementos de composição urbana vistos isoladamente que podemos identificar um trabalho coletivo de maior relevância e qualidade.

A MORFOLOGIA URBANA DO TECIDO TRADICIONAL

O Trecho de Estudo

O trecho de tecido tradicional, tomado como exemplo aqui, tem origem na forma comumente utilizada para se realizar as expansões urbanas: o loteamento.

Neste caso, como em muitos outros, produz-se lotes sem edificações, compondo os quarteirões e o sistema de espaços públicos - vias, praças, largos, etc. - para onde as edificações deverão fazer frente e o delimitar.

O terreno, topograficamente movimentado, ocasionou um traçado bastante irregular, com diversas ruas sem saída e com quarteirões de grande comprimento (Fig. 48). A rua Moacir Miguel da Silva, embora não seja retilínea, é uma das poucas que assegura uma certa continuidade espacial conectando-se, através da praça Isai Leiner, a avenidas de grande importância no contexto da região, que são: Heitor Eiras Garcia e Corifeu de Azevedo Marques.

A estrutura de parcelamento ao longo do trecho analisado é bastante variada. Ao longo da rua Moacir Miguel da Silva (Fig. 49) há uma maior regularidade de lotes

que possuem em torno de 10 x 30 metros, com algumas exceções de terrenos maiores e menores.

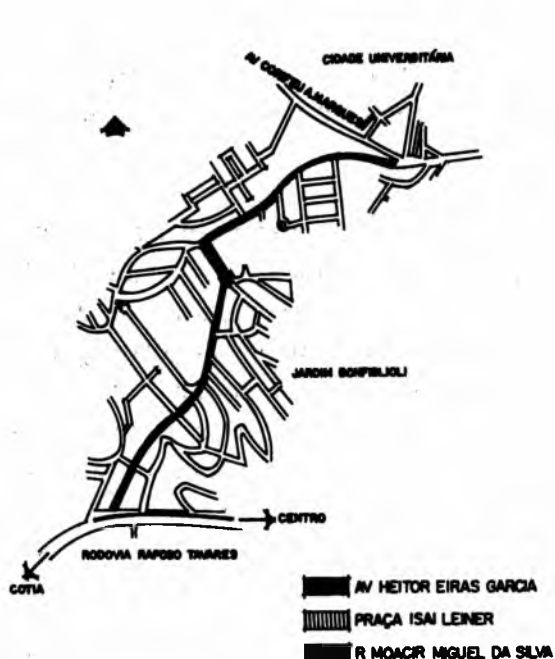


Fig. 48 - O trecho de estudo no jardim Bonfiglioli
Fonte: Baseado no Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo - 1973.

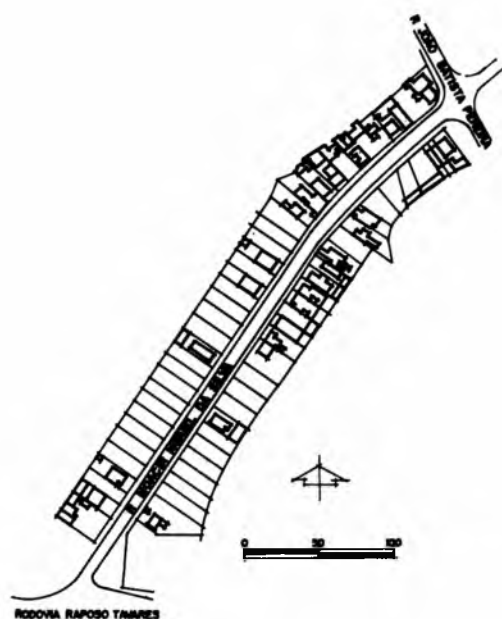


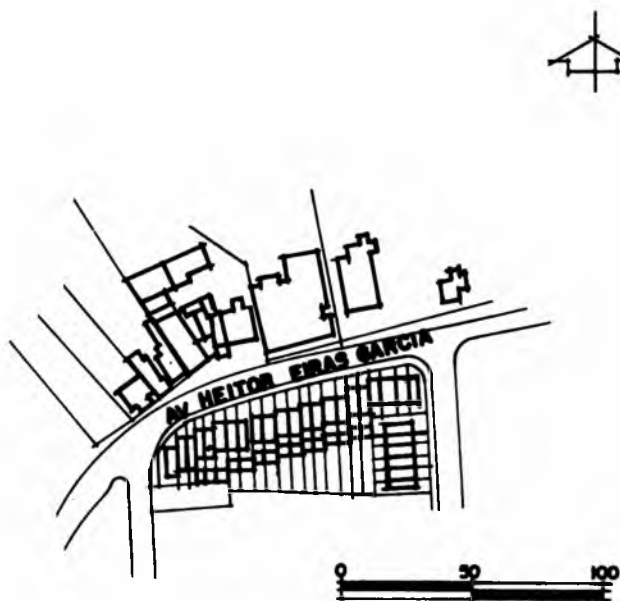
Fig. 49 - Estrutura de parcelamento de quarteirão na rua Moacir Miguel da Silva
Fonte: baseado no Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo - 1973

Da mesma forma, ao longo da praça Isai Leiner (Fig. 50) os lotes tendem a um certo padrão de 10 x 35 metros, com exceções ocorrendo principalmente nas esquinas, onde encontramos terrenos maiores.



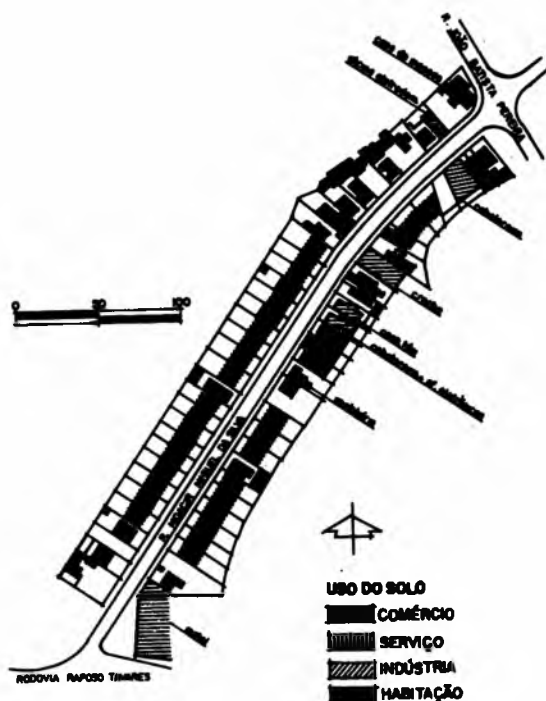
Fig. 50 - Estrutura de parcelamento na praça Isai Leiner
Fonte: Baseado no Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo - 1973

Já a av. Heitor Eiras Garcia (Fig. 51) apresenta uma diversidade maior, com grandes lotes situados lado a lado de lotes de pequenas dimensões - 5 x 40 metros - como no quarteirão tomado como exemplo.



*Fig. 51 - Estrutura de parcelamento em quarteirão da av. Heitor Eiras Garcia.
Fonte: Baseado no Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo - 1973*

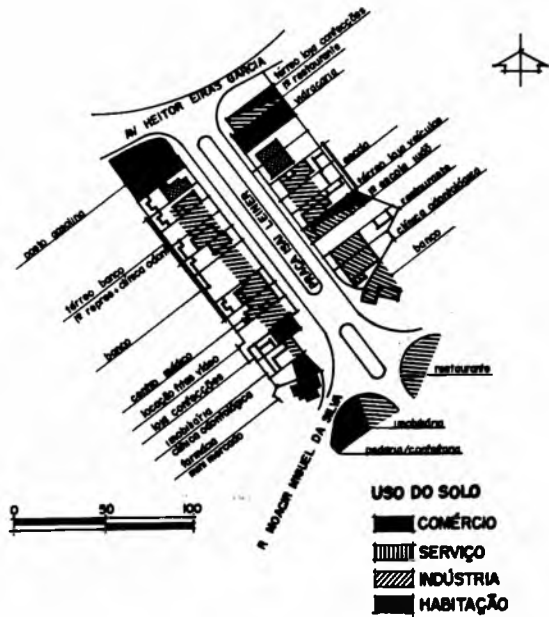
A estrutura de usos ao longo do percurso também se modifica do início na rua Moacir Miguel da Silva, até a av. Corifeu de Azevedo Marques. Ao longo da rua Moacir Miguel da Silva (Fig. 52) há uma forte predominância de habitação unifamiliar, ocorrendo apenas um grande condomínio de torres de habitação multifamiliar. As atividades não residenciais são pouco frequentes, ocorrendo algum pequeno comércio, serviços ligados à habitação como cabelereiros, creche e vídeo-locadora, bem como atividades mais especializadas co-mo sede de rádio-taxi e imobiliária.



*Fig. 52 - Estrutura de usos de quarteirão na rua Moacir Miguel da Silva
Fonte: Levantamento do autor*

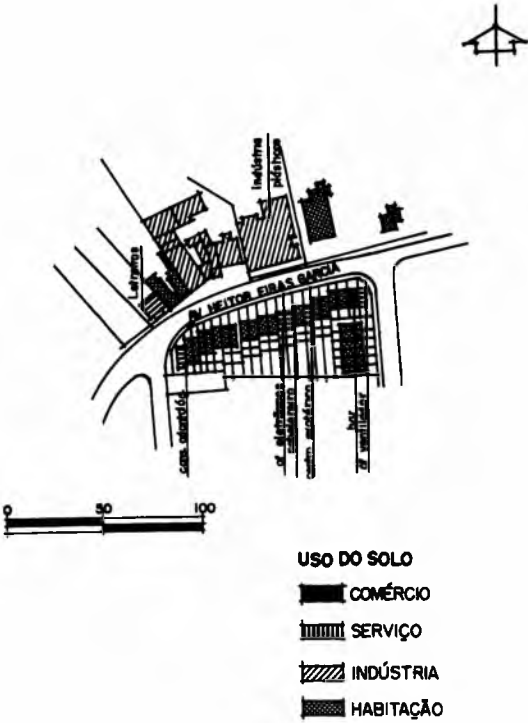
A praça Isai Leiner (Fig. 53), por sua vez, possui pouca habitação e as atividades de comércio e de serviços são mais intensas. Possui padaria, três agências bancárias, farmácia, minimercado, escola, lojas de confecções, posto de gasolina, vidraçaria, restaurantes, vídeo-locadora e clínicas médico-odontológicas. Esta maior complexidade funcional pode ser explicada pelo papel que esta via desempenha na conexão e confluência de acessibilidades de um entorno que, em geral, possui uma configuração bastante fragmentada e descontínua.

Fig. 53 - Estrutura de usos da praça Isai Leiner
 Fonte: levantamento do autor



A estrutura de usos da av. Heitor Eiras Garcia (Fig. 54) assume um caráter de comércio mais pesado e mais intenso, associado à prestação de serviços típico de vias de relativa importância, como a reparação de veículos e venda de materiais de construção. Isto fica mais evidente à medida que a avenida se aproxima da av. Corifeu de Azevedo Marques. Neste trecho em particular, ao lado de habitação unifamiliar, encontramos grandes edifícios de moradia em lotes de grandes dimensões.

Fig. 54 - Estrutura de usos de quarteirão na av. Heitor Eiras Garcia
 Fonte: levantamento do autor



As características deste tecido são as comumente encontradas em tecidos tradicionais: uma estrutura urbana hierarquizada; variedade tipológica; ausência de monofuncionalidade; localização das funções urbanas atendendo mais o critério de acessibilidade e complementaridade; mistura de usos; ocorrência de uma relativa diversidade de classes sociais, sem encontrarmos os extremos - os muito pobres e os muito ricos. A morfologia física, presente nesta área, corresponde àquela descrita tanto por Huet (1986) como por Comas (1986) para a cidade histórica ou tradicional.

Apropriação Espacial

A análise deste item terá por base as fotografias tiradas ao longo do trecho de estudo. Estas ilustrações mostram situações comuns que se repetem na área considerada.

Fotos do Autor



Figs. 55 e 56 - Cada lote resolve individualmente seu acesso à garagem. Mesmo que a rua seja relativamente plana as rampas de acesso às garagens são feitas sobre o passeio público. Como resultado, há uma grande descontinuidade física dos passeios ao longo da via, obrigando o pedestre a duas alternativas: ou fica subindo e descendo degraus - que às vezes são extremamente altos - ou anda na rua. O espaço público se submete às exigências do espaço privado



Fig. 57 - Andar no passeio em trechos longos se torna tão cansativo e desagradável que as pessoas ordinariamente andam sobre a faixa de rolamento da via, apesar dos riscos que representa. As ruas têm pouca largura e um considerável movimento de veículos. Não existe a noção do passeio como espaço público, mas como acesso às residências, pelo carro



Fig. 58 Não é apenas quando o leito da rua é melhor conservado que "torna-se mais cômodo andar por ele". (Nishikawa, 1986, p. 134) No caso, os passeios são de excelente acabamento e conservação, porém, as condições melhores ou piores para andar estão também ligadas às condições de continuidade física propiciada pelos passeios linearmente ao longo deles. As pessoas saem dos passeios porque é muito incômodo andar subindo e descendo degraus e andar inclinadas em relação à posição vertical de andar
Fonte: Nishikawa (1986).



Fig.59 - Onde há uma continuidade maior, as pessoas circulam pelo passeio e saem do leito da rua



Fig.60 - Numa rua lateral à rua Moacir Miguel da Silva, o mesmo processo: garagens sobre o recuo de jardim e as rampas de acesso contínuas sobre o passeio público, executadas individualmente



Foto do Autor

Fig.61 - No interior da garagem: o terreno perfeitamente plano e regularizado, às custas do passeio público, que é quem absorve as rampas



Foto do Autor

Fig.62 - Garagem, passeio e rua: para o carro e seu proprietário é tudo igual. A propriedade privada invade o espaço público e lhe impõe regras. Estacionar sobre o passeio público não é eventual, é recorrente. A observação de que o que é público não é privado não parece fazer parte dos costumes



Fig.63 - As portas da garagem se abrem sobre os passeios: para que não seja perturbada a funcionalidade do espaço privado, o pedestre sai do passeio público e anda sobre o leito da rua



Fig.64 O carro não cabe na garagem? Não tem problema: a grade avança sobre o passeio público, todo descontínuo, assume a forma do veículo e ocupa permanentemente espaço ao passeio



Foto do Autor

Fig.65 - Situação radical de apropriação privada de espaço público: a indústria expande seus limites exatamente sobre a linha de meio-fio. Não há como andar neste trecho de rua sem ser pela faixa de rolamento ou pelo outro lado da mesma. O levantamento cadastral de 73 mostrava como limite da propriedade privada a fachada do edifício. Esta invasão ocorreu posteriormente



Foto do Autor

Fig.66 - Em áreas onde o comércio e serviço são fortes, o espaço destinado a recuo de jardim é utilizado para ampliar o passeio público, criando condições de estacionamento sobre o mesmo. Frequentemente estes espaços são, também, espaços de trabalho, como nos casos de pequenas oficinas mecânicas ou lojas de acessórios de veículos



Fig.67 - Às vezes os alargamentos de passeios são confinados, conformando ambientes para o desempenho de atividades com uma maior separação de hierarquia, como nos casos de restaurantes com mesas na calçada



Fig.68 - Alguns recuos de jardim ainda teimam em ser jardins

CONCLUSÕES

Embora numa primeira avaliação o processo de privatização de áreas públicas no conjunto residencial Carapicuíba, pela sua monta, possa fazer crer que seja um fenômeno peculiar a este tipo de morfologia e desta classe social, o trabalho demonstrou que em áreas urbanas tradicionais de classe média, embora com maiores sutilezas, há um processo semelhante, porém de raízes e finalidades bastante distintas do primeiro.

Em Carapicuíba, a finalidade da privatização foi a redefinição completa da estrutura urbana, em busca de uma hierarquia, controle e legibilidade que o projeto não contemplava. Portanto, as transformações do tornar “privado” áreas antes “públicas” segue um processo onde está permanentemente presente a noção de coletivo. A privatização dos espaços atende a um acordo explícito ou tácito que a população estrutura, tendo em vista uma idéia de cidade diferente da recebida e que foi fruto do projeto.

Este acordo coletivo, mesmo que tenha sido executado com conflitos, o que é natural, tem sempre por base a definição de certas relações sociais necessárias e que, mesmo atendendo necessidades individuais como, por exemplo, a implantação de garagens e de atividades não residenciais no interior do núcleo, atendem prioritariamente à ordem do coletivo.

Em relação ao projeto, quantitativamente falando, a porção de espaço público que foi privatizada é extremamente significativa. Este processo de privatização, no entanto, obedece a um acordo mais ou menos formalizado entre os vizinhos e são sempre socializados - mesmo quando de uso privativo, todos têm as mesmas oportunidades. A privatização, aqui, tem um sentido diferente ao individualizado, é um privado-coletivo, no sentido dado por Castex e Panerai (1971).

Em Carapicuíba a individualidade está submetida a uma concepção de sociabilidade que impõe certas regras comuns a todos os membros do conjunto. Com estas regras estabelecidas, cada indivíduo consegue adequá-las às suas necessidades particulares.

Portanto, as formas de apropriação do espaço público e da privatização de parte significativa do mesmo, em Carapicuíba, é fruto de relações de vizinhança que, em função de determinados objetivos, conforme diz Keller, “*defende interesses que em parte são só seus e em parte são divididos com seus vizinhos.*” (1979, p. 26)

Em Carapicuíba existe, evidentemente, um processo de conformação do espaço que contribui para sua utilização como elemento instrumental para as práticas sociais cotidianas. Não é sem razão que a indiferenciação do espaço público do projeto foi substituída por uma nova escala de espaços públicos - mais íntima - e numa estrutura que privilegia determinados espaços de relações e não outros, conforme foi descrito anteriormente.

Do outro lado da história, o bairro de classe média, estruturado num tecido urbano tradicional demonstra perfeitamente o que Keller comenta quando fala que *“parece que, quanto mais auto-suficiente é uma comunidade ou mais assente em si mesmo o indivíduo ou um grupo, menor é a confiança nos vizinhos e mais fracas são as tradições de vizinhança.”* (1979, p. 67.) Isto significa que a condição de classe faz com que as necessidades de troca social, por questões de reprodução social, sejam sensivelmente reduzidas.

Esses grupos costumam ser muito mais auto-suficientes. No entanto, esta auto-suficiência, quando relacionada com o tipo de utilização do espaço público, demonstra que este, para esta categoria social, tem um desempenho avaliado individualmente.

Não há uma noção do coletivo nas privatizações verificadas. Muito pelo contrário, percebe-se que as privatizações se dão no sentido de definir o espaço público como continuidade do espaço privado de cada um. As ações sobre o espaço público são absolutamente individualistas, tanto no que se refere às transformações físicas implementadas como na apropriação mais sutil, como o estacionamento no passeio público. Isto é, individual é tanto o que se faz como o modo de uso.

É visível, também, que há um privilégio da relação do indivíduo para com o exterior da área e não com relações mais próximas, uma vez que toda a estrutura física centra-se na acomodação do percurso que o carro faz da rua até ser estacionado nas garagens, estas já tomadas ao recuo de jardim. Se esta questão foi satisfatoriamente resolvida, não importa que as relações lineares - ao longo do percurso - sejam problemáticas para eventuais usuários que, dificilmente, são os próprios moradores.

O esvaziamento do espaço público e o estabelecimento de contatos individuais casa → carro → rua - perpendiculares, portanto - são mostras não de uma maquiavélica articulação contra o espaço público - cuja relação principal seria a horizontal e linear ao longo do percurso - mas que, à sua maneira, este vai cumprir às necessidades impostas por este grupo social que, de acordo com seu quadro de vida, percebe e resolve como lhe aprouver, numa supervalorização do indivíduos e das razões individuais.

Não importa se o eventual usuário desse espaço ande aos trancos e barrancos, desviando de obstáculos e se expondo a riscos. Isto não parece lhes dizer respeito.

Não queremos dizer com isto que na área analisada ao longo do trecho em questão inexistem relações de vizinhança. O que se percebe, no entanto, é que estas, quando ocorrem, confirma o que Keller avalia e se dão em um nível de proximidade maior, com o vizinho ao lado, por exemplo.

Assim, quando Keller comenta que o papel do vizinho faz parte de uma estrutura mais ampla de papéis sociais e que é dependente da estrutura social, incluindo aqui nível

econômico, e o grau de cooperação solicitado ou permitido entre os moradores, isto nos ajuda a compreender por que determinadas formas de apropriação social do espaço urbano de uso público se dão de uma maneira ou de outra.

É fácil compreender que, se a inserção de classe dos moradores do trecho analisado define regras de uso do espaço público individualizado, não poderíamos ver como este tipo de comportamento poderia ocorrer em Carapicuíba, sem que isto provocasse uma convulsão social. As regras de comportamento público que incluem, aqui, as modalidades de apropriação espacial, só são viáveis, primeiramente porque são socialmente necessárias e, depois, porque são socialmente estabelecidas, mesmo que demandas muito individualizadas não sejam atendidas.

A sobrevivência coletiva, baseada em um alto grau de cooperação social, impõe normas de conduta que precisam ser acatadas por todos, sob o risco de se romper o equilíbrio das relações sociais e de vizinhança.

Pelo lado do trecho de rua analisado, as ações individuais sobre o espaço público implicam numa imposição muito forte de um sentido de autoridade sobre o mesmo. De outra forma, como um passeio público é bloqueado, como no caso da indústria, tornando aquele espaço absolutamente privado? Ou, também, como carros são estacionados sobre o passeio ou abrem-se portões sobre o mesmo? Ou, também, como são feitas garagens, já tomadas de um recuo de jardim eliminado, que avançam sobre o passeio público? Talvez autoritarismo, e não autoridade, seja mais apropriado para o que foi descrito aqui.

Neste sentido, Marilena Chauí, quando diz que a sociedade brasileira tem uma profunda tradição autoritária, parece estar correta e este autoritarismo é manifesto nas mínimas e nas não tão mínimas exteriorização de práticas sociais, com profundos recortes de classe.

Relacionando-se o que foi descrito no trabalho como um todo com as questões de gestão urbana, percebe-se que, independentemente de localização, o poder público municipal parece ter uma ingerência e controle extremamente limitadas quanto ao que se passa no espaço da cidade como um todo.

Como vimos, mesmo para áreas mais isoladas como Carapicuíba, sem maiores intervenções do poder público, existem algumas regras de conduta que definem as condições de uso e apropriação do espaço público, socialmente definidas. No tecido tradicional, a ausência ou o descontrole no cumprimento de eventual norma, para categorias sociais mais voltadas para a vida privada e privatizada, tem-se demonstrado descoladas de qualquer noção de coletivo. Como na cidade ou sociedade neoliberal, comprova-se que a solução de necessidades individuais não significa a solução do coletivo.

Embora o trabalho tenha feito a demonstração tendo como ponto de partida situações específicas, temos absoluta convicção de que estas observações poderiam ser feitas tanto para outras áreas de São Paulo como para qualquer lugar do país onde, de forma mais ou menos aguçada, estas distinções e formas de relação entre espaço público e espaço privado são vistas de maneira confusa e autoritária.

NOTAS

(1) Consideramos, aqui, os “*Fenômenos de extensão e densificação das aglomerações urbanas*”. Panerai (1983 p. 27.)

(2) Em sintaxe espacial denominamos de espaço convexo ao espaço urbano de uso público de duas dimensões, definido por barreiras físicas, no interior do qual temos condições de nos apropriar ou controlar de igual porção do território. Intuitivamente é o que percebemos como “lugar” urbano.

(3) Em sintaxe espacial chamamos de constituição às transições público/privado existentes em determinado tecido urbano. Estas constituições definem o grau de “alimentação” dos espaços convexos por pessoas, na medida em que faz a mediação entre esses dois domínios.

(4) Em sintaxe espacial axialidade corresponde à máxima extensão do espaço urbano em uma dimensão. As linhas axiais estruturam o espaço urbano em uma ordem superior na medida em que unificam os espaços convexos entre si, ou seja, articulam linearmente os diversos lugares urbanos e define as formas de integração/segregação espacial.

BIBLIOGRAFIA

ARIES, Philippe, DUBY, Georges DIVERSOS. *História da vida privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

BENEVOLO, Leonardo. *A história da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BERMANN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1977.

CASTEX, Jean, PANERAI, Philippe. Notes sur l’estructure de l’espace urbain. *L’Architecture d’Aujourd’hui*, n. 153, dez.70/jan.71.

CASTEX, Jean et al. *Formes urbaines: de l’ilôt à la barre*. Paris: Bordas, 1980.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. O espaço da arbitrariedade. In: *Projeto*, n. 91, São Paulo, Projeto, p.127-130, set. 1986.

- COMERIO, Mary. Design and empowerment: 20 years of community architecture. In: *Built Environment*, v.13, n.1, p.15-28, 1987.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ENGELS, Friederich. *Para a questão da habitação*. Lisboa: Avante, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HILLIER, Bill, HANSON, Julianne. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HOLANDA, Frederico de. Paisagem de objetos. In: *Cadernos brasileiros de arquitetura XII - desenho urbano I*. São Paulo: Projeto, p. 27-36, 1984.
- HUET, Bernard. A cidade como espaço habitável. In: *Arquitetura e urbanismo*. dez. 86/jan. 87. p.82-87, 1986.
- INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS DE MINAS GERAIS. *Bairro popular a ser construído em Belo Horizonte*. S. L.: s. n., 1940.
- ISASI, Justo F. La vivienda social. Un proyecto europeo. *A & V - monografías de arquitectura y vivienda*. n. 7. Madrid: Sociedad Estatal de Gestión para la Rehabilitación y Construcción de Viviendas S.A., p.14-23, 1986.
- KELLER, Suzanne. *El vecindário urbano: una perspectiva sociológica*. 2ª ed. México: Siglo XXI ed., , 1979.
- MACEDO, Silvio Soares. Os espaço da rua articulado ao entorno habitacional. In: *II SEDUR*, 1986. São Paulo. *Anais*. São Paulo: Pini, 1986, p. 103-110.
- NISHIKAWA, Ayako. O espaço da rua articulado ao entorno habitacional. In: TURKIENICZ, B., MALTA, M. (ed.) *Desenho urbano. II SEDUR. Anais*, São Paulo, Pini, p. 131-140.
- PANERAI, Philippe, DE PAULE, Jean-Charles et al. Crescimientos. In: *Elementos de análisis urbano*. PANERAI, Philippe; Elementos de analisis urbanos. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, p. 25-56, 1983.
- PEPONIS, J., HADJINIKOLAOU, E., LIVIERATOS, C. FATOUROS, D. A.. The spatial core of the urban culture. *Ekistics*, v.56, n. 334/335, Athens, Athens Center of Ekistics. p.43-55, jan./feb./mar./apr. 1989.

RIGATTI, Décio. *Morfologia urbana, memória coletiva e formas de socialidade em Porto Alegre: O centro da cidade*. Porto Alegre. In: relatório de pesquisa multicopiado, 1991.

ROUANET, Paulo Sérgio. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. O olhar iluminista. In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar São Paulo*: São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos (org.). *Quando a rua vira casa*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, 1981.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

XAVIER, Alberto e, MIZOUGUCHI, Ivan. *Arquitetura moderna em Porto Alegre*. São Paulo: Pini, 1987.